

PAI & FILHO

Almir e Gabriel Sater na PUC

Turnê chega ao Centro de Convenções da PUC, em Goiânia. [Página 20](#)

DIRECTA

José Machado lidera em Goianésia com 51,3%

José Machado aparece com 51,3% das intenções de voto para deputado estadual, segundo pesquisa registrada no TSE. [Página 18](#)



Diário da Manhã

Desde 1980 - O jornal do leitor inteligente - www.dm.com.br - R\$ 2,50



SEXTA-FEIRA

ANO: 47 | Nº 13.595 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS

24 DE ABRIL DE 2026

PROJETO DE LEI

Beber e dirigir pode levar a suspensão de 10 anos

Projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados propõe endurecer as punições para motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool, com multas que podem chegar a R\$ 30 mil e suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por 10 anos. [Página 03](#)

GOIÁS

Programa traz 212 obras de infraestrutura em 44 municípios

Ações incluem substituição de pontes de madeira e instalação de bueiros, com investimento de R\$ 95 milhões. "São pequenas pontes que vão facilitar a tráfegabilidade e ajudar na produção do setor rural do nosso Estado", afirmou Daniel Vilela. [Página 07](#)



ESPECIAL CÉSIO-137

DM cobrou transparência desde os primeiros dias do acidente radiológico



Imagem de Álvaro Vallim para o Diário da Manhã em 2 de outubro de 1987: população procura por teste de contaminação

Cobertura do **Diário da Manhã** em 1987 revela tensão social, cobrança por transparência e críticas à falta de informação durante o maior acidente radiológico do país. No próximo ano, evento completa 40 anos de tragédia. [Página 07](#)

FUNDEINFRA

Governo inicia devolução de valores a contribuintes

No total, 213 contribuintes têm direito ao ressarcimento, que soma cerca de R\$ 12,9 milhões. Para receber, é necessário solicitar a restituição. [Página 19](#)

RAÍZES

Sertanejos regravam hits no Quintal do Boni



Capital goiana recebeu, na quinta-feira (23/4), a gravação do projeto "Sertanejo Série A". [Página 20](#)

COMIDA

Boaventura entra em guia italiano

Pizzaria que funciona no Leste Vila Nova, em Goiânia, entrou na edição de 2026 do guia italiano "50 Top Pizza Latin America". [Página 21](#)





ROTA 190

aulusrq@hotmail.com

ÁULUS RINCON

Médico denunciado por crimes sexuais contra 20 pacientes é preso



Após formalizar 20 denúncias em uma semana, a Polícia Civil fez um novo pedido, e a justiça decretou a Prisão Preventiva do médico Marcelo Arantes e Silva, que foi cumprida na tarde de ontem. O profissional, que é ginecologista e obstetra, já estava proibido de atender desde 6ª feira passada.

Nove das 20 mulheres que já procuraram a PC disseram que foram abusadas em consultas realizadas em Senador Canedo, e 11 em Goiânia. Os relatos, segundo a delegada que investiga o caso, Amanda Menuci, são muito semelhantes, e chamam a atenção porque as denunciadas não se conhecem.

"São denúncias de procedimentos invasivos e toques em áreas íntimas que nada tinham a ver com a consulta, sendo que em ao menos um dos casos o médico dispensou a secretária, trancou a porta do consultório, e praticou sexo oral em uma das pacientes", relatou a delegada durante entrevista concedida na semana passada.

Após corpo ser encontrado, ex-namorado confessa feminicídio

Subiu para 28 esta semana o número de feminicídios registrados somente nos quatro primeiros meses de 2026 em Goiás. Máisa Ribeiro dos Santos, que estava desaparecida desde a semana passada, teve o corpo encontrado, em estado inicial de decomposição, dentro da casa onde morava no Setor Vale do Sol, em Uruaçu, na região norte do estado.

Naquela ocasião, Amanda Menuci disse também que, para não atrapalhar as investigações, só voltaria a atender a imprensa quando concluísse o inquérito, o que ainda não aconteceu. Ela também afirmou que só voltaria a solicitar uma nova prisão do denunciado caso algum fato novo, ou novas vítimas aparecessem, o que acabou acontecendo antes mesmo do feriado.

De acordo com nota divulgada pela PC ontem, a prisão foi cumprida em Senador Canedo.

Linchamento moral

Quando falou com a imprensa na semana passada, a defesa de Marcelo Arantes afirmou que as acusações, apesar de serem graves, precisam ser devidamente apuradas, e criticou o prejulgamento mediático e o "linchamento moral" antes da conclusão das investigações. O advogado também pontuou que em um dos supostos casos, denunciado em 2017, o inquérito foi arquivado, por falta de provas.

Pouco tempo após tomar conhecimento da localização do cadáver, um ex-companheiro da vítima se apresentou na delegacia da Polícia Civil, e confessou que a havia assassinado. Ele também relatou ter praticado o crime com a ajuda de uma mulher, que foi localizada e presa pela Polícia Militar. As identidades dela, e do feminicida, não foram reveladas.

Acompanhante é assassinada após discussão por R\$ 30

Um desacordo após um programa sexual, segundo a polícia, foi o que culminou com o assassinato a facadas de uma acompanhante no Bairro Independência Mansões, em Aparecida de Goiânia. Preso após ele mesmo acionar a polícia e o resgate, um homem que estava com Mariele Vitória Pires Lemes contou que apenas reagiu, após ser atacado por ela com uma faca. A discussão, segundo ele, começou porque, logo após o programa, a mulher, que havia combinado com ele o valor de R\$ 200, queria receber R\$ 30 a mais. Ainda no hospital, ele, que não teve a identidade revelada, foi autuado, em flagrante, por homicídio simples.

Preso dupla que matou amigo durante confraternização

Foram identificados e presos ainda em flagrante os dois homens que no início desta semana assassinaram um conhecido com facadas durante uma confraternização na zona rural de Cachoeira Alta, na região sudoeste de Goiás. Após praticarem o crime, os autores deixaram o corpo de Vitor Luan Alves de Oliveira, 29, às margens da GO 206, e fugiram no veículo Ford KA dele, que foi abandonado na entrada de Quirinópolis. O crime, relataram os envolvidos, aconteceu após uma discussão, no momento em que todos estariam embriagados.

Lutadora toma arma de assaltante em cachoeira

Mesmo sendo agredida com coronhadas, uma lutadora de artes marciais conseguiu dominar um assaltante, e tomou dele uma réplica de pistola em Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal. A jovem e duas amigas estavam em uma conhecida cachoeira quando foram abordadas por dois ladrões, e, ao perceber que a arma de um deles era falsa, o dominou com um golpe conhecido como "mata-leão". O bandido e o comparsa conseguiram fugir sem levar nada, e a lutadora precisou receber 13 pontos na cabeça.

NARCO FLUXO

Decretada prisão de MCs e criador da Choquei

Requerimento da PF de prisão preventiva ocorreu após STJ conceder habeas corpus



MC Ryan SP, MC Poze do Rodo, Raphael Sousa Oliveira continuam presos

Redação

A Justiça Federal em São Paulo determinou, na tarde desta quinta-feira (23), a prisão preventiva de MC Ryan SP, MC Poze do Rodo, Raphael Sousa Oliveira, responsável pela página Choquei, e de outros investigados, atendendo a um pedido da Polícia Federal. A medida está relacionada à suspeita de participação em um esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

O requerimento da Polícia Federal ocorreu após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) conceder habeas corpus aos envolvidos. No entanto, a corporação apresentou novos indícios e destacou o risco de con-

tinuidade das atividades criminosas.

Com o progresso das apurações e a avaliação do material recolhido, a PF concluiu que há fundamentos suficientes para transformar as prisões temporárias em preventivas.

Os investigados haviam sido detidos temporariamente no dia 15, durante uma operação da Polícia Federal. De acordo com as investigações, o grupo teria movimentado mais de R\$ 1,6 bilhão por meio de apostas ilegais, rifas clandestinas, tráfico internacional de drogas, utilização de empresas fictícias, "laranjas", criptomoedas e transferências financeiras para o exterior.

SETOR JAÓ

Suspeito de estupro é preso em Goiânia

DMOnline

Equipes do 9º Batalhão da Polícia Militar realizaram a prisão de um homem suspeito de envolvimento em um caso de estupro de vulnerável registrado na madrugada, no Setor Jaó, em Goiânia, na quarta-feira (22/04). A captura ocorreu no Jardim Novo Mundo, após trabalho integrado entre o policiamento ostensivo e o serviço de inteligência.

A identificação do suspeito teve apoio de levantamentos estratégicos e informações apuradas ao longo do dia. Com base nesses dados, os policiais chegaram até o paradeiro do indivíduo e efetuaram

a abordagem sem registro de resistência.

A ação contou com suporte do Grupamento de Radiopatrulha Aérea (Graer), que reforçou o cerco e ampliou a capacidade de monitoramento da área. O uso de recursos aéreos contribuiu para o êxito da operação.

Após a prisão, o homem foi conduzido pelas equipes à autoridade policial competente. Ele permaneceu à disposição da Justiça para os trâmites legais cabíveis ao caso. A ocorrência terminou com um indivíduo preso e encaminhado, conforme balanço divulgado pelas forças de segurança.

TRÂNSITO

Beber e dirigir poderá custar R\$ 30 mil e 10 anos sem CNH

Projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados propõe endurecer as punições para motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool

Léo Carvalho

Um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados propõe endurecer as punições para motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool, com multas que podem chegar a cerca de R\$ 30 mil e suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por até 10 anos.

A proposta altera a Lei Seca (11.705/2008), que estabelece tolerância zero para direção associada ao consumo de bebidas alcoólicas, e integra um conjunto de projetos que tratam de mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O texto é o projeto de lei 3.574/2024, de autoria do ex-deputado Gilvan Máximo.

A medida é uma das 194 propostas que o deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) tenta apensar ao projeto de lei 8.085/2014, que trata de alterações no Código de Trânsito. O requerimento, apresentado no último dia 14, busca dar mais celeridade à tramitação das matérias na Câmara.

Pelo texto, a multa poderá ser multiplicada em até 100 vezes o valor de uma infração gravíssima, atual-



Proposta altera a Lei Seca e estabelece tolerância zero para direção associada ao consumo de bebidas alcoólicas

mente fixado em R\$ 293,47. Em casos de acidentes com morte provocados por motorista alcoolizado, a penalidade pode chegar a R\$ 29.347,00, além da suspensão da CNH por até 10 anos.

Já em situações que resultem em invalidez permanente da vítima, a multa poderá alcançar 50 vezes o valor da infração gravíssima, chegando a R\$ 14.673,50, com suspensão do direito de dirigir por até cinco anos — metade do período previsto para casos de morte.

Atualmente, a multa por dirigir sob efeito de álcool é multiplicada por dez e pode ser dobrada em caso

de reincidência. Com a nova proposta, as penalidades também se tornam mais severas para motoristas reincidentes. Caso o condutor volte a dirigir alcoolizado após já ter sido penalizado, poderá receber multa em dobro, equivalente a cerca de 20 vezes o valor base, além do reinício do prazo de suspensão da CNH.

Outro ponto relevante do projeto é a responsabilização financeira direta do motorista. O texto prevê que o condutor que provocar acidente sob efeito de álcool deverá arcar com as despesas hospitalares das vítimas.

GOIÂNIA

Iniciada reforma de viadutos históricos na Avenida 85



Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, dá início à intervenções em viadutos da 85

DMOnline

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, anunciou, nesta quinta-feira (23/04), o início das intervenções nos dois principais monumentos viários da Avenida 85.

O primeiro a receber melhorias será o Viaduto Latif Sebba, localizado no cruzamento com a Avenida D. As obras têm início previsto para o próximo sábado (25/04), com planejamento voltado à eficiência e à redução de im-

pactos no trânsito.

Na sequência, o cronograma contempla o Viaduto João Alves de Queiroz, situado na região da T-63. A estrutura também passará por requalificação completa, com foco na preservação e modernização de um dos pontos mais movimentados da capital.

O prazo estimado para a conclusão dos serviços é de 60 dias. A proposta prevê intervenções ágeis, com execução estratégica para evitar transtornos prolon-

gados à população e garantir a entrega dentro do período estipulado.

Sandro Mabel confirmou que, após as reformas, a Praça do Ratinho será cuidada pelo hotel WTC Goiânia Stay & Hotel by Atlantica, por meio do Programa Adote uma Praça. A obra integra uma adesão com teto de R\$ 35 milhões, assinada em setembro de 2025. Os monumentos também ganharão sistema de iluminação para ocasiões especiais.

GUSTTAVO LIMA

Respeito pelo Goiás e torcida pelo Cruzeiro



Gusttavo Lima marcou presença no jogo entre Goiás e Cruzeiro

DMOnline

Amigo pessoal de Pedro Lourenço, Gustavo Lima marcou presença no Serra Dourada para o jogo entre Goiás e Cruzeiro pela 5ª fase da Copa do Brasil.

Fotos e vídeos do cantor ao lado do dirigente cruzeirense viralizaram nas redes sociais. A presença de Gustavo Lima em meio à torcida esmeraldina também gerou comentários, já que o artista é conhecido por sua proximidade com outros clubes.

A partida terminou empatada por 2 a 2. Após o duelo, o 'Embaixador' falou sobre a 'relação familiar' que tem com o presidente da equipe celeste, que foi seu padrinho de casamento e padrinho de

seus filhos.

O cantor deixou um recado para o povo mineiro, destacando o carinho que tem por Pedro Lourenço, além de comunicar que fará um show em Belo Horizonte em 2027.

Apesar da relação com o presidente cruzeirense, Gustavo Lima fez questão de afirmar que também tem amor e respeito pelo Goiás, classificando as duas equipes como potências.

A partida entre Goiás e Cruzeiro foi válida pela 5ª fase da Copa do Brasil. Com o empate por 2 a 2, a vaga para a próxima fase será decidida no jogo de volta. A presença do cantor no estádio gerou grande repercussão nas redes sociais.

POLÍCIA

Operação apreende 1,5 tonelada de drogas

A Polícia Civil de Goiás, por meio da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), em apoio à Polícia Civil de Rondônia, cumpriu nesta quinta-feira (23/04) três mandados de busca e apreensão domiciliar e um mandado de prisão em Goiânia e Aparecida de Goiânia. A ação integra a operação Metaphora, fase 2, deflagrada para desarticular rede interestadual de tráfico.

A investigação aponta que o grupo transportou 1,5 tonelada de entorpecentes da fronteira boli-

viana para Rondônia, Distrito Federal e Goiás. Ao todo, foram cumpridas 81 ordens judiciais nos três entes federativos. Os alvos goianos são apontados como responsáveis pelo escoamento e distribuição da droga no planalto central.

Durante as buscas, foram localizadas porções de drogas, balanças de precisão e outros objetos relacionados ao tráfico. O alvo foi preso em flagrante. Os presos e o material apreendido estão à disposição do Poder Judiciário.

Diário da Manhã

dm.com.br

UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52

Fundado em 12 de março de 1980

Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser
Fundador

Welliton Carlos
Editor-Geral

Júlio Nasser
Presidente

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br

Redação - online@dm.com.br

Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R\$ 49,90/mês | R\$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R\$ 2,50 | Domingo: R\$ 3,50


BASE SECURITIZADORA S/A. C.N.P.J. n.º 25.987.102/0001-73
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REF. EXERCÍCIO DE 2025
Relatório da Diretoria

A Diretoria da BASE SECURITIZADORA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte e informações de que trata a lei 6.404/76 e suas alterações e CPC's, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade, durante o expediente comercial.

Goiania, 20 de abril de 2026.
CAROLINA AMÉLIA FREITAS MENDONÇA PACHECO
 Diretora
AGNALDO MEDEIROS PACHECO
 Diretor

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.143.361	1.802.453	Fornecedores	8	3.804	6.189
Contas a receber de clientes	5	16.372.198	12.530.212	Provisão para Dividendos			553.271
Adiantamentos a Funcionários				Obrigações tributárias	9	14.481	7.742
Impostos a recuperar		479.411	337.931	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.812	7.405
Outros Créditos	6	1.000	1.000	Credores Diversos	10	1.011.096	392.268
Total do ativo circulante		17.995.970	14.671.596	Total do passivo circulante		1.039.193	966.875
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debentures	12	13.219.329	11.553.416
Título de Capitalização		11.493	6.988	Partes relacionadas - acionistas	11	3.841.001	2.833.235
Partes Relacionadas - sócios		134.071	637.825	Adiant. Futuro Aumento Capital			
				Provisão para Passivos Contingentes			
Total do realizável a longo prazo		145.564	644.813	Total do passivo não circulante		17.060.330	14.386.651
Investimentos		66.825	55.775	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	2.500.000	2.500.000
Imobilizado	7	449.707	468.828	(-) Capital a Integralizar		- 2.066.951	- 2.066.951
				Reserva legal	13	132.694	61.637
Intangível		7.200	7.200	outras reservas de lucro			
Total do ativo não circulante		669.296	1.176.616	Total do patrimônio líquido		565.743	494.686
Total do Ativo		18.665.266	15.848.212	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		18.665.266	15.848.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva lucros acumulados	Lucros	Total
SALDOS EM 01/01/2024	2.500.000	- 2.066.951	32.517	-	465.566
lucro do exercício				582.391	582.391
(-) reserva legal			29.120	- 29.120	-
(-) Proposta para Distr. Dividendos				- 553.271	- 553.271
saldos em 31/12/2024	2.500.000	- 2.066.951	61.637	-	494.686
lucro do exercício				471.057	471.057
(-) reserva legal			23.553	- 23.553	-
(-) Const. Reserva Expansão			47.504	- 47.504	-
(-) Proposta para Distr. Dividendos				- 400.000	- 400.000
saldos em 31/12/2025	2.500.000	- 2.066.951	132.694	-	565.743

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025
1 Contexto operacional

A BASE SECURITIZADORA S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Rua T-30 Qd. 77 Lt. 05, Setor Bueno, Município de Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o número 25.987.102/0001-73, NIRE sob o número 5230001901-0 e tem como objetivo social a aquisição e securitização de créditos empresariais e colocação no mercado privado de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de abril de 2026. Moeda de Apresentação e Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade mais próxima (R\$1), exceto quando indicado de outra forma.

Não houve transações em moeda estrangeira.

3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis
Base de preparação

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei, nº 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei 12.973/14, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC", vigentes até 31/12/2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compostos por saldos de caixa, contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata.

b) Contas a receber e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber da Companhia referem-se à aquisição de créditos (duplicatas e cheques) adquiridos de empresas. Referidos créditos são reconhecidos ao custo de aquisição. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual da carteira de créditos a receber. Foram também provisionados saldos que, na data da autorização para fechamento do balanço, não apresentavam expectativa de recebimento. Essas estimativas são estabelecidas e de julgamento da administração da Companhia e a provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas quando da realização das contas a receber.

c) Partes Relacionadas - sócios

Referem-se a adiantamentos realizados a receber

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição o qual é realizado em função da depreciação e/ou baixas dos bens. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Provisão para passivos contingentes

A Companhia, não possui passivos contingentes.

f) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O regime de tributação em 2024 e 2023 foi o regime de lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na legislação vigente e inclui, quando aplicável, adicional de 10% sobre a base excedente a 240 mil ao ano no lucro do exercício.

g) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao ano de 2024, está sendo apresentada pela diretoria da sociedade. Essa proposta já foi objeto de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em Dezembro/25.

h) Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Não houve nenhum indicativo de perda dos valores recuperáveis e por isso não houve constituição de provisão por redução ao valor recuperável.

i) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

É apurado em conformidade ao regime de competência. A receita decorrente da compra de créditos é reconhecida no momento de sua realização

j) Impostos e contribuições sobre receitas

PIS E COFINS - Incidido sobre a receita bruta, apurada mensalmente nas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente;

k) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis brasileiras requer que a administração da Companhia utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas adotadas pela companhia foram as relativas a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

l) Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros não derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis. São registrados no ativo circulante, aqueles com prazo de vencimento não superior a 12 meses;

Passivos financeiros - Representados por debêntures e créditos de mútuo com partes relacionadas (acionistas), apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor de custo que basicamente reflete seu valor justo, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

m) Lucro líquido e dividendos por ação

O lucro líquido e os dividendos por ação são calculados com base na quantidade de ações integralizadas em circulação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	892	1.310
Bancos - Conta corrente	237.966	1
Bancos Aplicações financeiras*	904.502	1.801.142
	1.143.361	1.802.453

*As aplicações financeiras referem-se a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5 Contas a receber de clientes

Referem-se a Direitos Creditórios (duplicatas e cheques a receber) adquiridos de empresas ou pessoas físicas:

	2025	2024
Duplicatas e Cheques a receber	18.926.460	14.736.289
Rendas a Apropriar	(1.130.919)	(632.718)
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa (nota 1b)	(1.423.343)	(1.573.359)
Circulante	16.372.198	12.530.212

6 Outros créditos

Referem-se basicamente a saldos a receber de acionistas

7 Imobilizado
Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Venda de produtos / mercadorias	2.721.283	2.875.889
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(79.163)	(81.739)
Receita operacional líquida	2.642.120	2.794.150
(-) perdas na aquisição de recebíveis -valores não liquidados (nota xxx)		
+ reversao de provisao para perdas	150.015	
(-) Despesas Intermediação	(2.192.191)	(1.687.534)
Lucro bruto	599.944	1.106.616
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais		
Despesas administrativas e gerais	(729.597)	(773.044)
Despesas tributárias	(23.800)	(25.958)
Depreciações		
Outras receitas	186.960	
Resultado operacional	33.507	307.614
Receitas financeiras	686.190	496.456
Despesas financeiras	(179.863)	(71.274)
Resultado financeiro líquido	506.327	425.182
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	539.834	732.796
IRPJ corrente	(44.218)	(104.239)
CSLL Corrente	(24.559)	(46.166)
Lucro líquido do exercício	471.057	582.391
Quantidade de ações disponíveis no final do exercício	2.500.000	2.500.000
Lucro do exercício por ações	0,1884	0,2330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	471.057	582.391
+ Depreciações	24.228	16.634
Resultado ajustado	495.285	599.025
(Aumento)/Redução - Contas a receber	(3.841.986)	(2.471.052)
(Aumento)/Redução - Impostos a recuperar	(141.480)	(181.140)
(Aumento)/Redução - Outros créditos	(4.505)	84.800
(Aumento)/Redução - Fornecedores	(2.385)	(726)
(Aumento)/Redução - Obrigações trabalhistas e previdenciária	2.407	(224)
(Aumento)/Redução - Obrigações tributárias	6.739	(30.526)
(Aumento)/Redução - Credores Diversos	618.828	(280.387)
Caixa líquido proveniente das operações	(2.867.097)	(2.280.230)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) de investimentos	(11.050)	(11.710)
(Aumento) de imobilizado	(5.107)	(88.683)
(Aumento) de Propriedades para Investimentos		
Caixa líquido nas atividades de investimentos	(16.157)	(100.393)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de debentures	1.665.913	- 10.121
Aumento (redução) de capital social		
Distribuição de dividendos	(953.271)	(196.811)
Aumento de saldos com partes relacionadas	1.007.766	445.275
Aumento partes relacionadas ativo	503.754	161.843
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	2.224.162	400.186
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(659.092)	(1.980.437)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.802.453	3.782.890
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.143.361	1.802.453
	(659.092)	(1.980.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Investimentos (Consórcio de Veículo):		
Consórcios em andamento - Veículos	66.826	44.065
Imobilizado:		
Computadores e Periféricos de Informática	32.298	28.628
Imoveis	380.240	380.240
Veículos	90.641	
Maquinas e Equipamentos	8.159	7.350
Movéis e Utensílios	15.634	15.634
(-) Depreciação	(77.894)	(53.666)
TOTAL DO IMOBILIZADO E INVESTIMENTOS	515.904	524.602

8 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	3.803	6.189

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

9 Obrigações tributárias

Rubrica composta pelos seguintes valores:

	2024	2024
IRPJ		18.909
CSLL		11.345
IRRF	2.202	
PIS	1.708	1.174
COFINS	10.511	7.225
PIS/COFINS/IRRF/CSLL RETIDO (*)	60	67
Circulante	14.481	7.742

10 Contas a Pagar

Referem-se a saldos a pagar de curto prazo a pagar

Não Circulante - Partes Relacionadas - Acionistas

Referem-se a saldos de contrato de mútuo com partes relacionadas (acionistas). Os valores são atualizados em 1% a.m.

11 Debentures

Referem-se a saldos a pagar de debentures. A Escritura de 1ª emissão de debentures foi registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n° 52172175151. A segunda emissão de debentures está registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em Dez/23.

12 Patrimônio Líquido
a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, subscrito, é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) reais representado por 250.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 10,00 cada.

b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

A movimentação da reserva legal é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial		
	61.637	32.517
(+) Constituição da reserva legal	23.553	29.120
Saldo final	85.190	61.637

c. Dividendos

Os dividendos mínimos são calculados à razão de 25% do resultado após a dedução da

Taça da Copa segue regras rígidas e transporte de segurança reforçado

Faltando menos de 50 dias para a Copa do Mundo de 2026, o DM segue com a série especial de contagem regressiva para o maior torneio de futebol do planeta da história

Aline Drummond

Faltando menos de 50 dias para a Copa do Mundo de 2026, o DM segue com a série especial de contagem regressiva para o maior torneio de futebol do planeta. Nesta edição, o destaque é o troféu da Copa do Mundo, suas características, regras de manuseio e o destino da taça após a realização do Mundial.

A taça da Copa do Mundo da FIFA pesa aproximadamente 6,175 kg, sendo composta por cerca de 5 kg de ouro de 18 quilates, além de prata e cobre em sua composição. A base é feita de malaquita, uma pedra de coloração verde que reforça o aspecto de valor e exclusividade do troféu.

Com 36,2 cm de altura, o design representa duas figuras humanas sustentando o planeta Terra, simbolizando a união entre as nações do futebol. O troféu foi criado pelo designer italiano Silvio Gazzaniga e produzido na Itália.

O contato com o troféu original é extremamente restrito. Apenas chefes de Estado, ex-campeões da Copa do Mundo e pessoas oficialmente autorizadas pela FIFA podem tocar ou segurar a peça.

Em cerimônias oficiais, a taça já foi exibida em momentos simbólicos com autoridades e representantes das seleções campeãs. Um dos exemplos ocorreu na final da Copa do Mundo de 2014, quando a então presidente Dilma Rousseff participou da entrega do troféu à seleção da Alemanha.

No Brasil, há também episódios marcantes relacionados à taça. Após a conquista do tetracampeonato em 1994, o então técnico Carlos Alberto Parreira exibiu o troféu no gramado e permitiu que torcedores se aproximassem e tocassem a peça, em um momento que ficou marcado pela celebração com o público.

O troféu original não permanece com a seleção campeã de forma definitiva. Após a cerimônia de premiação, a taça retorna à sede da FIFA, em Zurique, na Suíça, onde fica sob custódia até a próxima edição

da Copa do Mundo.

O país vencedor recebe uma réplica oficial banhada a ouro, que inclui gravações com o ano da conquista, o país-sede e o nome da seleção campeã.

O transporte do troféu da Copa do Mundo segue um protocolo rigoroso de segurança, realizado em aeronaves preparadas para controlar temperatura, absorver impactos e permitir rastreamento em tempo real por satélite. Todo o deslocamento ocorre sob supervisão direta da FIFA, com equipes especializadas acompanhando cada etapa do trajeto.

O Brasil ocupa posição de destaque na história da competição como o maior campeão mundial, com



Taça da Copa do Mundo da FIFA pesa aproximadamente 6,175 kg, sendo composta por cerca de 5 kg de ouro de 18 quilates

cinco títulos conquistados. A Seleção já ergueu a taça atual em duas oportunidades, nos Mundiais de 1994 e 2002, consolidando sua tradição no torneio.

Antes disso, o país tam-

bém foi o último a ficar com a antiga taça Jules Rimet em definitivo, após a conquista do tricampeonato em 1970. No entanto, a peça histórica foi roubada da sede da Confederação

Brasileira de Futebol (CBF) em 1983 e nunca mais foi recuperada, permanecendo como um dos episódios mais marcantes e simbólicos da trajetória do futebol brasileiro.

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ/MF nº 01.571.702/0001-98

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante	46.736	72.441	55.260	81.085	Passivo Circulante	69.405	48.129	69.299	49.047
Caixa e equivalentes de caixa	77.029	56.643	82.180	63.383	Fornecedores	78.914	4.816	79.359	5.340
Contas a receber	118.096	139.002	132.462	150.838	Empréstimos e financiamentos	1.046	2.257	1.046	2.257
Estoques	16.693	11.331	20.156	14.618	Incentivos fiscais	1.793	5.241	2.086	5.553
Impostos a recuperar	8.324	6.991	8.324	6.991	Obrigações tributárias	17.262	16.764	18.371	17.909
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.131	9.240	17.682	13.202	Obrigações sociais e trabalhistas	23.363	37.484	23.353	37.497
Outros créditos	280.009	295.648	316.064	330.117	Outras obrigações	191.783	114.691	193.514	117.603
Total do ativo circulante	914	839	914	839	Passivo não circulante	143.000	193.190	145.364	195.680
Ativo não circulante	12.851	23.320	13.162	23.650	Empréstimos e financiamentos	2.842	2.966	2.842	2.966
Tributos a recuperar	30.881	28.266	30.881	28.266	Incentivos fiscais	11.249	12.015	11.815	12.744
Outros créditos	44.646	52.425	44.957	52.755	Provisão para demandas judiciais	79.208	6.336	79.208	6.338
Tributo diferido	43.145	39.545	-	-	Outras obrigações	236.299	214.507	239.229	217.728
Total realizável a longo prazo	305.103	291.922	311.623	298.273	Patrimônio líquido	156.486	156.486	156.486	156.486
Investimentos	79.843	70.784	84.763	75.312	Capital social	254.479	360.396	254.479	360.396
Imobilizado	428.091	402.251	396.386	373.585	Reserva de lucros	20.115	-	20.115	-
Intangível	472.737	454.676	441.343	426.340	Ajuste de avaliação patrimonial	(10.660)	-	(10.660)	-
Total do ativo não circulante	752.746	750.324	757.407	756.457	Prejuízos acumulados	(95.756)	(95.756)	(95.756)	(95.756)
Total do ativo	10.660	35.553	10.660	35.553	Transações de capital	324.664	421.126	324.664	421.126
Demonstrações dos resultados abrangentes	10.660	35.553	10.660	35.553	Total do patrimônio líquido	752.746	750.324	757.407	756.457
Resultado do exercício	-	-	-	-	Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-					
Resultado abrangente de exercício	10.660	35.553	10.660	35.553					
Demonstrações dos resultados		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	410.923	450.999	439.536	482.526	Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.276	47.530	11.762	48.850
Custo dos produtos vendidos	(338.490)	(327.216)	(353.575)	(340.591)	Resultado do exercício antes do IRPJ / CSLL	-	-	-	-
Lucro bruto	72.433	123.783	85.961	141.935	Ajustes para:	-	-	-	-
(Despesas) receitas operacionais	(31.329)	(37.365)	(33.213)	(40.049)	Depreciação de imobilizados	17.273	14.191	18.043	15.002
Despesas comerciais	(482)	(3.838)	(545)	(3.860)	Amortização de intangíveis	4.853	6.277	7.159	6.416
Provisão para perdas de crédito esperadas	(69.914)	(53.035)	(76.252)	(59.885)	Juros e variação cambial incorridos	13.185	49	13.418	49
Despesas administrativas e gerais	33.733	28.323	33.023	27.320	Equivalência patrimonial	(3.600)	(6.637)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	3.600	6.637	-	-	Provisão para perdas de créditos esperadas	370	(3.838)	431	(3.860)
Resultado de equivalência patrimonial	8.041	64.505	8.974	65.461	Provisão a valor justos dos instrumentos financeiros derivativos	-	(5.496)	-	(5.496)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	12.380	16.724	14.194	17.719	Provisão para demandas judiciais	(600)	4.777	(590)	5.012
Receita financeira	(33.697)	(33.698)	(34.930)	(34.330)	Juros e variações cambiais incorridos	9.467	24.917	9.467	24.931
Despesa financeira	(21.317)	(16.974)	(20.736)	(16.611)	Provisão para perda de estoques	1.553	(7.203)	1.553	(7.203)
Resultado financeiro líquido	(13.276)	47.531	(11.762)	48.850	Provisão Phantom Shares	(2.738)	(13.288)	(2.738)	(13.288)
Resultado antes do IR e da CS	-	-	-	-	Amortização do custo de captação	26.487	61.612	34.981	70.746
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(328)	(1.514)	(1.647)	(Aumento) redução dos ativos	(20.756)	13.141	(19.228)	15.978
Imposto de renda e CS diferidos	2.616	(11.650)	2.616	(11.650)	Contas a receber de clientes	19.353	8.625	16.823	6.143
Resultado do exercício	(10.660)	35.553	(10.660)	35.553	Estoques	(6.770)	(3.475)	(6.946)	(3.890)
Resultado do exercício básico e diluído por ação	(0,1266)	0,4223	(0,1266)	0,4223	Outros ativos	6.579	(6.679)	10.623	(7.877)
					Subtotal	(1.594)	11.612	1.272	10.354
Demonstrações do valor adicionado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		2025	2024	2025	2024
1) (+) Receitas	476.197	516.079	507.224	557.133	Aumento (Redução) dos passivos	21.276	14.909	20.252	12.611
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	450.381	486.607	481.406	527.663	Fornecedores	498	(2.885)	462	(84)
Outras receitas	29.390	29.675	29.390	29.675	Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(3.448)	(332)	(8.081)	(478)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.353)	(9.454)	(12.136)	(11.673)	Obrigações Fiscais	(1.335)	(1.749)	(1.335)	(1.749)
Perda / Recuperação de valores ativos	2.085	(90)	2.085	(90)	Provisão para demandas judiciais	(166)	(16)	(339)	(64)
3) (=) Valor adicionado bruto (1-2)	161.348	219.136	177.750	242.259	Outros passivos	1.284	6.899	1.260	6.873
Depreciações e amortizações	(19.244)	(15.104)	(20.271)	(15.990)	Subtotal	18.109	16.826	12.219	17.109
5) (+) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	142.104	204.032	157.479	226.269	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	43.002	90.505	48.472	98.209
6) (+) Valor adicionado recebido em transferência	17.085	22.235	17.718	8.167	Aquisições de imobilizado	(43.639)	(23.940)	(44.813)	(24.471)
Resultado de equivalência patrimonial	6.637	15.392	17.718	8.167	Aquisições de intangível	(13.912)	(18.514)	(16.609)	(18.840)
Receitas financeiras	10.448	6.843	17.178	8.167	Dividendos recebidos de controladas	-	4.000	-	333
7) (+) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	159.190	226.267	175.197	234.436	Caixa líquido consumido na atividade de investimentos	(57.551)	(38.454)	(61.422)	(43.311)
8) (-) Distribuição do valor adicionado	50.307	66.117	55.212	69.622	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(25.597)	(24.000)	(25.597)	(24.000)
Pessoal + Remuneração direta + Benefícios + FGTS	50.307	66.117	55.212	69.622	Pagamento de dividendos	-	(1.600)	-	(1.600)
8.2) Impostos, taxas e contribuições	5.656	16.446	7.152	18.382	Dividendos antecipados	24.268	36.160	24.268	36.160
Federais	4.680	15.708	6.028	17.469	Empréstimos e financiamentos captados	(2.021)	(272)	(2.505)	(582)
Estaduais	976	738	1.124	913	Empréstimos e financiamentos pagos	(3.350)	10.288	(3.834)	9.978
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	67.675	74.301	77.280	77.030	Caixa líquido gerado (consumido) na atividade de financiamento	(25.705)	37.068	(28.825)	38.673
Juros	27.422	33.358	34.330	33.771	Variação no caixa e equivalentes de caixa	72.441	35.373	81.085	42.412
Aluguéis	75	150	75	150	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	46.736	72.441	55.260	81.085
Outras	40.177	40.793	42.875	43.109	Saldo no final de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	35.553	69.403	35.553	69.403					
Lucros retidos	35.553	69.403	35.553	69.403					
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Transações de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	156.486	221.405	33.074	97.058	-	-	35.553	(95.756)	412.267
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	35.553
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.888)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.806)
Constituição reserva de lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	35.553
Saldos em 31 de dezembro de 2024	156.486	221.405	33.074	105.917	-	-	(10.660)	(95.756)	421.126
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.660)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.421)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	156.486	221.405	33.074	105.917	-	-	20.115	(95.756)	324.664

Cândido de Ouro Preto - CEO Maurício Andrade Soares Gomes - Superintendente Administrativo/Financeiro Ivan Carlos de Lima - CPF 530.527.491-53 - CRC-GO 9904/O

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., encontram-se disponíveis na sede da companhia.

ESPORTE

Lesão é grave e Estêvão corre sério risco de desfalcar Brasil na Copa

Participação de Estêvão na Copa do Mundo com a seleção brasileira está em "séria dúvida" após a lesão muscular sofrida pelo atacante do Chelsea

Léo Carvalho

A participação de Estêvão na Copa do Mundo com a seleção brasileira está em "séria dúvida" após a lesão muscular sofrida pelo atacante no último sábado (18), durante duelo do Chelsea contra o Manchester United no Stamford Bridge, em Londres. As informações são do site The Athletic.

De acordo com a publicação, que faz parte do conglomerado de mídia The New York Times, pessoas familiarizadas com o assunto disseram que o jogador de 18 anos sofreu uma lesão muscular de grau quatro.

Com isso, há "grandes chances" de o atleta não ter condições de se recuperar a tempo de atuar pela seleção brasileira durante o Mundial na América do Norte, com início previsto para o dia

11 de junho. O Brasil estreia dois dias depois, contra o Marrocos.

Estêvão se lesionou ainda no início da partida válida pela 33ª rodada da Premier League, vencida por 1 a 0 pelo United. Ao tentar uma arrancada aos 16 minutos do primeiro tempo, ele demonstrou estar sentindo fortes dores e caiu no gramado, precisando ser substituído.

O treinador do Chelsea, Liam Rosenior, afirmou que o brasileiro estava "devastado" e em lágrimas no vestiário da equipe após a partida.

Em sua temporada de estreia pelo clube londrino, o atacante revelado na base do Palmeiras marcou oito gols e distribuiu quatro assistências em 36 partidas.

Apesar da pouca idade, consolidou-se como um dos nomes de confiança



Estêvão sofreu lesão muscular no último sábado (18) durante jogo do Chelsea

do treinador da seleção brasileira, Carlo Ancelotti, com quatro gols em seus últimos quatro jogos com a camisa amarela.

Além do Marrocos, o Brasil enfrenta Haiti e Es-

cócia no Grupo B. O atacante Rodrygo, do Real Madrid, já é um desfalque certo da seleção brasileira na Copa do Mundo, depois de sofrer a ruptura do LCA (ligamento cru-

zado anterior) do joelho direito, no início de março. O tempo estimado por especialistas para a recuperação é de, no mínimo, oito meses.

SELEÇÃO

Militão pode aumentar lista de jogadores fora do Mundial



Zagueiro brasileiro Éder Militão, do Real Madrid, sofreu uma lesão muscular na coxa esquerda

Léo Carvalho

O zagueiro brasileiro Éder Militão, do Real Madrid, sofreu uma lesão muscular na coxa esquerda durante partida do Campeonato Espanhol e virou preocupação para a Seleção Brasileira comandada por Carlo Ancelotti às vésperas da Copa do Mundo.

Segundo o clube, o defensor teve uma lesão no biceps femoral na vitória por 1 a 0 sobre o Alavés, na última terça-feira (21). O Real não informou o grau da lesão nem o tempo estimado de recuperação, afirmando apenas que o jogador seguirá sob acompanhamento médico.

De acordo com especialistas, o período de afastamento pode variar

entre oito e doze semanas, dependendo da gravidade. A Copa do Mundo começa em sete semanas, com a estreia do Brasil marcada para o dia 13 de junho, contra Marrocos.

Lesões no biceps femoral — região posterior da coxa — estão entre as mais comuns no futebol. Elas podem variar de um simples estiramento (grau um) até rupturas mais extensas das fibras musculares (graus dois e três), chegando à ruptura total (grau quatro).

O tratamento adequado é fundamental para garantir a cicatrização correta do músculo, recuperar a força e evitar complicações como fibrose, que podem comprometer o desempenho do atleta.

Esta é a terceira lesão muscular de Militão na

temporada. Em novembro, ele ficou fora por dois jogos. Já em dezembro, sofreu uma ruptura mais grave no mesmo local, com comprometimento de tendão, o que o afastou dos gramados por quase quatro meses.

O cenário aumenta a preocupação da comissão técnica, que já tem uma baixa confirmada: o atacante Rodrygo, também do Real Madrid, está fora da Copa após romper o ligamento cruzado anterior do joelho direito, com previsão mínima de oito meses de recuperação.

Além disso, o atacante Estêvão, do Chelsea, sofreu uma lesão muscular grave recentemente e também corre risco de não disputar o torneio.

MEIO AMBIENTE

Estado investe em inteligência climática

Wandell Seixas

O Estado investiu R\$ 1 milhão na estruturação de inteligência climática e lançou novos boletins meteorológicos diários e mensais produzidos pelo Centro de Excelência em Estudos, Monitoramento e Previsões Ambientais do Cerrado. A iniciativa, viabilizada através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Fundação de Amparo à Pesquisa, amplia a cobertura de dados, integra informações e fortalece a infraestrutura de monitoramento e previsão climática.

Com os novos produtos, Goiás passa a contar com previsões que vão além do curto prazo. O Cempa disponibiliza análises sub-sazonais, com horizonte de até quatro semanas, e sazonais, que chegam a três meses — um diferencial ainda inexistente em sistemas operacionais goianos. Na prática, isso permite antecipar cenários climáticos e reduzir

riscos na gestão de recursos naturais em diversas atividades. Os boletins da Região Metropolitana de Goiânia estarão disponíveis pelo link: cempa.ufg.br/p/boletins-meteorologicos.

Outro eixo estratégico é o monitoramento da qualidade do ar, com previsão de entrega de 92 boletins semanais a partir do terceiro mês do projeto e 240 boletins diários a partir do 12º mês. A iniciativa preenche lacuna na atualização dessas informações e fortalece políticas públicas ambientais, com impacto direto na saúde e na gestão urbana.

Para o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, José Frederico Lyra Netto, o investimento fortalece a capacidade do executivo de tomar decisões com base em dados. "O impacto desse investimento está em fortalecer a capacidade do Estado de produzir e utilizar informação climática para decisões estratégicas.

CIDADES

Goiás lança programa com 212 obras de infraestrutura em 44 municípios

Ações incluem substituição de pontes de madeira e instalação de bueiros, com investimento de R\$ 95 milhões

Welliton Carlos

O governador Daniel Vilela lançou, na quinta-feira (23/4), em Goiânia, o programa Goiás em Movimento Estruturas, que prevê 212 obras em 44 municípios goianos nesta primeira etapa.

Durante o anúncio, o governador destacou o impacto das intervenções para a mobilidade e a produção no estado. "Hoje demos a ordem de serviço de obras que vão permitir que a gente faça esse investimento significativo. São pequenas pontes que vão facilitar a trafegabilidade e ajudar na produção do setor rural do nosso Es-

tado", afirmou.

A iniciativa contempla a substituição de pontes de madeira e a instalação de bueiros em vias urbanas e rurais, com investimento de R\$ 95 milhões do Tesouro Estadual.

Parte das obras já está em execução em 15 cidades, enquanto outras 29 receberam autorização para início imediato. Os locais foram definidos a partir de demandas apresentadas pelas prefeituras, com foco em pontos considerados estratégicos para circulação de pessoas e escoamento da produção.

Novas etapas

O programa terá no-



Daniel Vilela anuncia pacote de obras com foco na melhoria da mobilidade em municípios goianos

vas etapas nos próximos meses. Um lote adicional está em fase de licitação para atender cerca de 20 municípios, com previsão de mais R\$ 56 milhões em investimentos. Segundo o governador, a intenção é dar continuidade às con-

tratações. "Tem um impacto orçamentário bem significativo, mas espero que a gente possa ter uma linha de produção e atender a todos os municípios o mais rápido possível", disse.

As obras têm prazo estimado de até 180 dias

para conclusão e são custeadas pelo Estado. Os municípios participam indicando as prioridades locais, enquanto a execução fica a cargo do governo estadual, em articulação com outros programas de infraestrutura já em andamento.

ESPECIAL CÉSIO-137

Entre o alerta e o pânico: veja como Diário da Manhã retratou o grave acidente radiológico

Beto Silva

A edição de 2 de outubro de 1987 do Diário da Manhã evidencia que o acidente com o césio-137 foi tratado como uma tragédia de grandes proporções desde seus primeiros desdobramentos. Naquele dia, Leide das Neves e demais vítimas ainda estavam vivas.

Na época, o jornal realizou uma das principais coberturas do país. Sem internet, redes telemáticas e fluxo rápido de comunicação, o DM se concentrava no telex e trocas de informações por telefone. Dirigia o DM na época, o atual presidente Júlio Nasser, além da edição-geral de Batista Custódio e equipe de editores liderados por João Bosco Bittencourt, diretor de Redação.

Logo na capa, o jornal destaca o episódio como "o maior acidente do país", enfatizando o isolamento de áreas contaminadas e a mobilização do poder público para socorrer vítimas. A abordagem combina informação factual com forte carga de urgência, refletindo o impacto imediato do

desastre na rotina de Goiânia.

O DM trazia ainda um sonho dos goianos: a construção do metrô de Goiânia. Principal proposta de campanha do governador Henrique Santillo, a chamada de capa estampava: "Assembleia aprova empréstimo para metrô". Monumental, a manchete do césio-137 começava a sufocar o sonho: "O mais grave acidente do país". Diante da tragédia, o metrô ficou para escanteio, até ser considerado um dos maiores projetos do Estado arquivados e abandonados.

Ao longo da cobertura, o tom dominante é de apreensão coletiva. O jornal registra uma população "assustada" e em busca de testes de contaminação, evidenciando um cenário de medo generalizado. A narrativa reforça a dimensão social da crise, indo além do evento técnico e destacando o comportamento da população diante da incerteza e do risco invisível da radiação.

Nos editoriais, o periódico adota uma postura crítica, cobrando responsabilidade das autoridades e

maior transparência na divulgação de informações. O jornal aponta falhas graves no controle do material radioativo e classifica como inadmissível o abandono da fonte de contaminação, responsabilizando diretamente os envolvidos.

Dados oficiais

Outro aspecto marcante da cobertura é a crítica à escassez de dados oficiais. O Diário da Manhã denunciava que a falta de informações contribuiu para o surgimento de boatos e para o agravamento do clima de medo. O jornal alerta para o risco de "pavor coletivo" e defende que a imprensa e as autoridades devem atuar de forma coordenada para orientar a população.

O jornal ressalta a repercussão na imprensa brasileira e amplia o debate para a política nuclear, questionando a segurança e a responsabilidade no uso dessa tecnologia. Assim, a cobertura combina denúncia, informação e reflexão, construindo um retrato de crise que ultrapassa Goiânia e atinge todo o país.

RADIOATIVIDADE

O maior acidente do país

1 Seis pacientes transferidos para o Rio de Janeiro 2 Santillo garante empenho para socorrer vítimas 3 Onze áreas já estão isoladas do contato público

A população continua assustada e procura em grande número fazer os testes de contaminação. Pág. 5 e 6

Diário da Manhã

ANO 13º Nº 297 Goiânia, Sexta-Feira, 02 de Outubro de 1987 C4 20.00

TRANSPORTE

ÔNIBUS PASSA PARA C\$ 8

A partir da próxima segunda-feira, o usuário do transporte coletivo em Goiânia vai pagar C\$ 8,00 pela passagem. O reajuste foi anunciado ontem pelo presidente da Transurb, Arélio Rezende, que admitiu outro aumento em novembro, com a tarifa subindo mais C\$ 10%.

A majoração foi autorizada pelo Ministério da Fazenda através de portaria da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços. Segundo o presidente da Transurb, o índice aplicado não cobre a deflacionagem do preço da tarifa em relação aos valores reajustados nos combustíveis e outros produtos. Arélio acredita, porém, que o usuário não será sacrificado, em função da implantação do vale-transporte. Pág. 7

INVESTIMENTO

Ganho real de 2,18% na poupança

As cadernetas de poupança terão um ganho real de 2,18% nos rendimentos correspondentes ao mês de setembro. O índice oficial é 7,9%, conforme divulgou ontem o Banco Central. Com isso, as aplicadoras em poupança tiveram um rendimento real de 11,45% nos primeiros nove meses deste ano. Pág. 10

Suborno no Atlético

Denúncia de suborno esquentou o ambiente no Atlético ontem. O goleiro Leventi e o super-voô José Vieira estão sendo acusados de terem recebido dinheiro para facilitar os jogos do clube goiano diante do Náutico e Treze, da Paraíba. A suspeita sobre o goleiro é sustentada nas falhas clamorosas na partida entre o Atlético e o Náutico. A diretoria reúne-se hoje para tomar providências. José Vieira e Leventi acham que o caso tem que ser resolvido na polícia. A acusação foi feita por José Calazam, dirigente que já passou por vários clubes goianos. Pág. 16

As chuvas substituem o calor

O galestro foi surpreendido por uma forte chuva ao final da tarde.



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com

De peso

A inauguração do escritório de Felipe Mabel (ele é do Podemos) promete ser bastante concorrida. Nomes de peso já confirmaram presenças no evento marcado para este sábado, às 9h, no Setor Sul. Felipe Mabel mira uma cadeira na Alego.

Presenças

Além do prefeito Sandro Mabel (do UB), padrinho político de Felipe, devem participar o prefeito de Aparecida, Leandro Vilela (MDB); o senador Vandellan Cardoso (PSD) e Izaura Cardoso; a senadora Gracinha Caiado (UB) e os deputados Marussa Boldrin (Republicanos), José Nelton (UB) e Glaustin (Podemos).

Mortes

É de se preocupar. Números oficiais revelam que somente neste ano 126 pessoas morreram vítimas da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em Goiás. O curioso é que estamos apenas no quarto mês do ano.

Alerta

A maioria das mortes foi de pacientes com mais de 60 anos. Crianças de até dois anos, também, têm sido vítimas da doença, alerta a Secretaria de Saúde de Goiás.

Literatura

O Clube de Leitura 'Nós, no Bougainville Shopping', promove amanhã, às 10h, novo encontro para os amantes da literatura. Na Livraria Nobel. A obra escolhida para leitura é 'Vamos comprar um poeta', de Afonso Cruz.

Inscrições

Com mediação de Carol Moraes, a proposta é um momento de troca, reflexão e convivência entre leitores. As inscrições custam R\$ 100 e incluem o livro do mês, estacionamento free e brindes.

Empregos

Empresas do transporte coletivo abrem 100 vagas em Goiânia e região. Só de motoristas são 70 vagas, RedeMob Consórcio oferece outras 17 vagas, além de outras.

Dia especial para a desembargadora Elza Cândida



A desembargadora aposentada Elza Cândida da Silveira comemorou os seus 81 anos em clima de elegância e afeto, recebendo amigas e amigos em seu apartamento para uma descontraída celebração. A noite foi marcada por conversas animadas, de boas lembranças e homenagens à trajetória da aniversariante. Entre os presentes, que foram levar os cumprimentos a Elza Cândida, o vereador Anselmo Pereira; Dalvina Castro,

presidente da AFFEGO; Nádia Moraes, diretora jurídica da Fecomércio Goiás; Márcia Ribeiro, diretora da Anajur; Maura Campos, diretora-tesoureira da ABMCJ Nacional e Rosana Faleiro, profissional de Relações Públicas. Um encontro especial, à altura da história e do prestígio de Elza Cândida, festejado com carinho por todos que fazem parte da sua caminhada, lembra a amiga Rosana Faleiro.

Senac Infinite Summit 2026

O Senac Goiás promove logo mais, às 13h30, no auditório do Senac Anápolis, o 'Senac Infinite Summit 2026'. O evento, que é de graça, terá palestras, oficinas e experiências voltadas à tecnologia da informação, inovação e empreendedorismo. A programação é para especialistas, empresários, estudantes e profissionais de diversas áreas. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no Sympla.

Disputa pela presidência do CREA

O engenheiro civil Idalino Hortêncio disputa a presidência do Conselho Regional de Engenharia de Goiás (CREA-GO). Com mais de 40 anos de carreira, ele realizou o ato oficial de sua candidatura ao lado de profissionais que vão disputar vagas de diretoria na chapa. Entre suas bandeiras, a melhoria da gestão financeira e orçamentária da entidade, um processo mais eficiente de prestação de contas junto aos filiados e a definição de limites mais rígidos para a abertura de novas faculdades.

✓ A Fazenda Lumiar, empreendimento de alto padrão da Sousa Andrade Urbanismo em parceria com a Sobrado Urbanismo, em Bela Vista de Goiás, será palco da 1ª edição da Cavalgada do Embaixador, idealizada pelo cantor Gustavo Lima. O evento acontece no domingo, 26 de abril.

✓ O Shopping Passeio das Águas oferece espaços de coworkings gratuitos para trabalho remoto e estudos, acompanhando a expansão do modelo híbrido no país. Os ambientes PAS Work e Espaço Conecta, equipados com Wi-Fi, climatização e pontos de energia, permitem que clientes respondam e-mails, mensagens e realizem videochamadas.

'PARABÉNS PELA SUA POSIÇÃO COM RELAÇÃO AO DELEGADO AMERICANO, COLOCANDO A RECIPROCIDADE, OU SEJA, O QUE ELES FIZERAM CONOSCO, A GENTE VAI FAZER COM ELES. ESPERANDO QUE ELES ESTEJAM DISPOSTOS A VOLTAR A CONVERSAR E AS COISAS VOLTAREM À NORMALIDADE', PRESIDENTE LULA AO DIRETOR-GERAL DA PF, ANDREI RODRIGUES

JUDICIÁRIO

Gustavo Gayer sofre condenação em processo movido por Rogério Cruz

Ação aponta declarações de Gayer na pandemia, indicando supostos problemas na gestão da saúde



Gustavo Gayer sofre condenação em processo movido por Rogério Cruz

Redação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso apresentado pelo deputado federal Gustavo Gayer (PL) e manteve a condenação em ação movida pelo ex-prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, por divulgação de fake news. A defesa do parlamentar informou que irá se manifestar, mas ainda não apresentou posicionamento oficial.

O processo tem origem em declarações feitas por Gayer em 2021, no canal "Papo Conservador", durante a pandemia de Covid-19. Na ocasião, o deputado afirmou que a gestão de Cruz teria reduzido em 26% os leitos destinados ao atendimento da doença na capital, o que, segundo ele, teria provocado um colapso no sistema de saú-

de. A Justiça, no entanto, considerou as informações inverídicas e, em decisão de 2022, garantiu ao então prefeito o direito de resposta, determinando que o conteúdo fosse publicado com o mesmo alcance e destaque, sob pena de multa diária.

Ao analisar o recurso, a ministra relatora Maria Isabel Gallotti manteve a decisão e destacou que Gayer é responsável direto pelo conteúdo divulgado em suas plataformas. Segundo ela, o fato de o deputado se apresentar como "professor de inglês" não o exime da responsabilidade sobre o alcance e os efeitos das informações publicadas. Ainda cabe novo recurso, mas a decisão permanece válida e sem efeito suspensivo.

RECONHECIMENTO

Instituto Iris Rezende recebe declaração de utilidade pública

O Plenário da Câmara Municipal de Goiânia aprovou, em segunda votação ontem (23/04), o projeto de lei que declara o Instituto Iris Rezende Machado como utilidade pública. A proposta, de autoria do vereador Anselmo Pereira (MDB), segue agora para sanção ou veto do prefeito Sandro Mabel (União Brasil).

Segundo o autor, a medida reconhece a relevância dos serviços prestados pela instituição, que atua na preservação da memória do ex-governador Iris Rezende Machado, além de incentivar a continuidade de suas atividades. Iris

teve trajetória de mais de seis décadas na vida pública, com passagens por cargos como vereador, deputado estadual, prefeito de Goiânia, governador, senador e ministro.

O instituto também desenvolve ações voltadas à formação de novas lideranças e à promoção de iniciativas nas áreas social, educacional e cultural. Para Anselmo, ao manter vivo o legado de Iris Rezende, marcado por obras de impacto social, como os mutirões habitacionais, a entidade contribui para inspirar novas gerações e fortalecer valores como cidadania e ética na política.



Caldas Novas Transmissão S.A.
Lelião nº 008/2010 - LOTE C - SE Corumbá 345kV
CNPJ nº 13.317.273/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2025

Goiânia-GO Abril de 2026

Senhores Acionistas,

A Administração da Caldas Novas Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma empresa de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2011, oriunda do Consórcio Caldas Novas, que se sagrou vencedor no Lelião ANEEL nº. 008/2010, no que tange ao Empreendimento denominado LOTE C, tendo como objetivo principal a ampliação da Subestação da UHE Corumbá, então de propriedade de Furnas, hoje Axia, com a instalação de dois Autotransformadores rebaxadores (345/138 kV) para o atendimento dos consumidores da Região da cidade de Caldas Novas - GO, cujo suprimento é de responsabilidade da Distribuidora Equatorial.

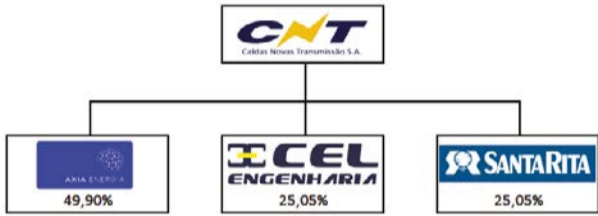
No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2011, assumindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos.

No dia 12 de agosto de 2011, a Companhia assinou com Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 010/2011, assumindo a responsabilidade pelos serviços de transmissão de energia elétrica, obedecendo os Procedimentos de Rede, também pelo mesmo prazo.

As instalações da Caldas Novas Transmissão tiveram o início da operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 26/08/2013, com a emissão dos Termos de Liberação Parcial (TLP) de números 196, 197 e 198/P/9/2013 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 28/01/2015, foram emitidos os Termos de Liberação Definitivo (TLD) de números 048, 049 e 050/D/1/2015 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

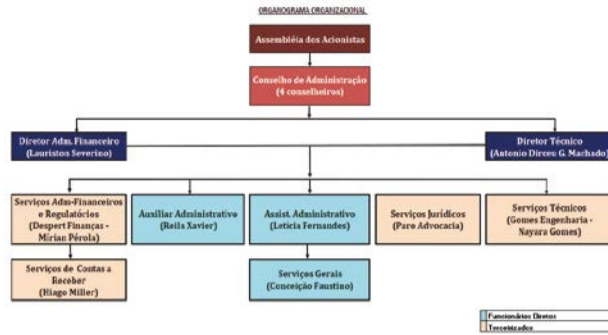
2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas Axia (49,90%), CEL ENGENHARIA LTDA (25,05%) e SANTA RITA COM. E INSTALAÇÕES LTDA. (25,05%), conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Caldas Novas Transmissão S.A. possui a seguinte estrutura administrativa:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Caldas Novas Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 25/01/2011, conforme Ato de Constituição. Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R\$ 18.149.094,00 (dezoito milhões cento e quarenta e nove mil e noventa e quatro reais), conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) datada de 05/08/2019.

5. INVESTIMENTOS

A Caldas Novas Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. Em termos de investimentos para operação, em 2025, foi realizada a troca do banco de baterias no valor de R\$ 154.996,38 (cento e cinquenta e quatro mil e novecentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos). No exercício em análise, destaca-se a o início do projeto de reforços estruturais da Caldas Novas Transmissão S.A., conforme autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 3.601, de 27 de novembro de 2024. A referida autorização contempla a implantação de Reforços de Grande Porte no sistema de transmissão sob responsabilidade da Companhia, vinculados ao Contrato de Concessão nº 003/2011.

O projeto prevê um investimento inicial da ordem de R\$ 37.370.509,38, com cronograma de execução em andamento e previsão de energização das instalações em março/abril de 2027. Adicionalmente, a conclusão do empreendimento implicará em incremento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, estimado em R\$ 4.926.956,10, considerando a data-base de 1º de junho de 2024.

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de implantação das instalações, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Caldas Novas Transmissão, em 09/08/2013, foi emitida pela Secretária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a Licença de Funcionamento nº 1051/2016.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99 a Caldas Novas Transmissão S.A. renovou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R\$ 25.123,00 (vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2025.

8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

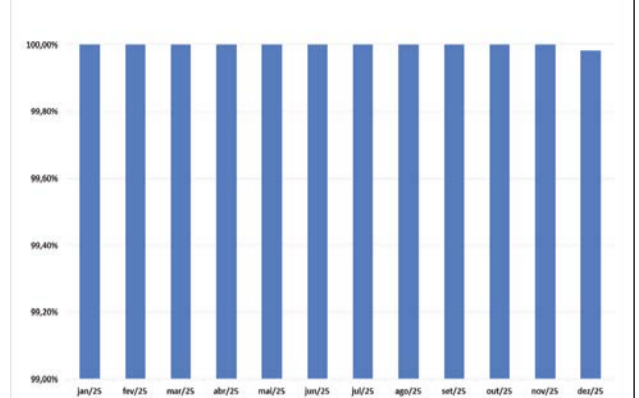
Os serviços Operação e Manutenção da Caldas Novas Transmissão foram realizados pela CEL Engenharia Ltda, referente às instalações da SE na UHE Corumbá, com um valor contratual mensal de R\$ 103.069,53 (cento e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) data-base 12-2024, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Caldas Novas Transmissão para o Sistema Interligado Nacional. Em 2025, ocorreu 1 (um) evento gerador de Parcela Variável, sendo ele:

• Dia 10/12/2025, com duração de 8 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 268,21 proveniente de um COMPLEMENTO PARCIAL FT C/INTER na Função de Transmissão TR 345/138 kV CORUMBA TR2 GO, ocasionado pelas manobras de Abertura e de Fechamento, na tentativa de normalizar a temperatura do contato com ponto quente da SECC S657 FASE C Lado de baixa do Autotrafo 02 durante o serviço de manutenção da Chave.

Histórico de Disponibilidade da Caldas Novas Transmissão



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Caldas Novas Transmissão S.A.:

Dados Econômico-Financeiros		2025
Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)		7.323
Custo de Operação e Manutenção (R\$ milhares)		(2.181)
Lucro Bruto do Exercício (R\$ milhares)		5.142
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)		(1.115)
Resultado Financeiro Líquido (R\$ milhares)		124
IR e Contribuição Social (R\$ milhares)		(338)
Resultado do Exercício (R\$ milhares)		3.813
Ativo Total (R\$ milhares)		79.690
Passivo Total (R\$ milhares)		(8.610)
Patrimônio Líquido (R\$ milhares)		(71.080)

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R\$ milhares)	3.813
Constituição de Reserva Legal 5% (R\$ milhares)	191
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R\$ milhares)	906
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	2.716

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Lauriston Severino **Antonio Dirceu Guimarães Machado**
Diretor Administrativo-Financeiro Diretor Técnico

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.250	1.650
Concessionárias e permissionárias	6	744	827
Ativo contratual	7	6.533	6.202
Outros ativos		3.081	294
Total do ativo circulante		11.608	8.973
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	631	756
Ativo contratual	7	67.437	67.187
Imobilizado		14	9
Total do ativo não circulante		68.082	67.952
Total do ativo		79.690	76.925
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		358	270
Empréstimos e financiamentos	9	1.003	975
Obrigações tributárias		91	121
Obrigações sociais e trabalhistas		26	21
Dividendos a pagar	11.d	906	828
Outras contas a pagar		38	285
Total do passivo circulante		2.422	2.500
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.210	2.142
Tributos diferidos	15.a	4.978	4.939
Total do passivo não circulante		6.188	7.081
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	18.149	18.149
Reservas de lucros	11.b	52.931	49.195
Total do patrimônio líquido		71.080	67.344
Total do passivo e patrimônio líquido		79.690	76.925

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita líquida	12	7.323	6.977
Custo de operação e manutenção	13	(2.181)	(1.983)
Lucro bruto		5.142	4.994
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8	(490)	(486)
Remuneração do pessoal		(177)	(166)
Serviço de terceiros		(377)	(358)
Outras receitas e despesas operacionais		(71)	(59)
Total das despesas gerais e administrativas		(1.115)	(1.069)
Receitas financeiras		347	181
Despesas financeiras		(223)	(349)
Resultado financeiro líquido	14	124	(168)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		4.151	3.757
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.c	(320)	(283)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.c	(18)	10
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.813	3.484
Resultado por ação		0,21	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.149	3.010	4.604	40.045	65.808
Reversão de dividendos			879		879
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores			(2.000)		(2.000)
Dividendo não distribuído - Reclassificação		(273)	3.597	(3.324)	
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal		174			(174)
Dividendos mínimos obrigatórios				(828)	(828)
Constituição da reserva retenção de lucros				2.482	(2.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.149	2.912	7.081	39.203	67.344
Reversão de dividendos				828	828
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal		191			(191)
Dividendos mínimos obrigatórios				(906)	(906)
Constituição da reserva retenção de lucros				2.716	(2.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.149	3.103	7.081	42.747	71.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	31.12.2025	31.12.2024	
Lucro líquido do exercício	3.813	3.484	
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do exercício	3.813	3.484	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	31.12.2025		31.12.2024		
	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Resultado do exercício	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Resultado do exercício	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.813	3.484			
Ajustado por:					
Impostos diferidos	39	(26)			
Remuneração do ativo contratual	(5.772)	(5.768)			
Ganhos/perdas do ativo contratual	(1.055)	171			
Depreciação	1	1			
Atualização monetária	(67)	23			
Juros de empréstimos e financiamentos	274	309			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	70	-			
	(2.697)	(1.806)			
Variação dos ativos e passivos operacionais					
Ativo contratual	6.246	5.975			
Concessionárias e permissionárias	13	(29)			
Outros ativos	(2.787)	(39)			
Fornecedores	88	164			
Obrigações tributárias	240	253			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	31.12.2025	31.12.2024	
Geração de Riqueza			
Receitas			
Receitas de operação e manutenção	1.099	1.978	
Receitas de remuneração e ganhos/perdas do ativo de contrato	6.827	5.597	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(70)	-	
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.469)	(2.343)	
Valor adicionado bruto	5.387	5.232	
Depreciação e amortização	(1)	(1)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.386	5.231	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	347	181	
Valor adicionado total a distribuir	5.733	5.412	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	(564)	(553)	
Remuneração direta	(474)	(465)	
FGTs	(7)	(7)	
Benefícios	(83)	(81)	
Impostos, taxas e contribuições	(1.064)	(997)	
Tributos federais	(729)	(651)	
Tributos estaduais	(21)	(23)	
Encargos setoriais	(314)	(319)	
Outros	-	(4)	
Remuneração de capitais de terceiros	(292)	(378)	
Encargos de dívida e variação monetária	(207)	(332)	
Aluguéis	(68)	(29)	
Outras	(17)	(17)	
Remuneração de capitais próprios	(3.813)	(3.484)	
Lucros Retidos	(2.907)	(2.656)	
Dividendos mínimos obrigatórios	(906)	(828)	
Valor adicionado distribuído	(5.733)	(5.412)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 (em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional
A Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), com sede em Goiânia, Estado de Goiás, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011. A Companhia foi formada pelas vencedoras do Lote C do Lelião Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atualmente, seu quadro acionário é composto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Santa Rita Com. e Instalações Ltda. ("Santa Rita") e Cel Engenharia Ltda. ("Cel"). Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

Autorização para implantação de reforços
A Companhia obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 3.601, de 27 de novembro de 2024, para a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, localizadas na Subestação Corumbá. O prazo estimado para execução dos referidos reforços é de 30 (trinta) meses, com início previsto para junho de 2025 e término estimado para maio de 2027.

1.1 Da concessão
No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:
(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.
(b) Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL em 22 de julho de 2025, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2025-2026 foi de R\$ 7.777 (R\$ 7.384 no ciclo 2024/2025), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3T25. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que a próxima revisão será em 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

Ênfase**Reservas de lucros**

Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, as reservas de lucros da Companhia estão excedentes ao valor do capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024. De acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.639/07, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não deve ultrapassar o valor do capital social. Quando esse limite for atingido, a assembleia deverá deliberar sobre a aplicação do excesso, podendo ser utilizado para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos. Neste contexto, a Companhia está avaliando a melhor alternativa para adequar sua estrutura patrimonial em conformidade com a legislação vigente. Nossa opinião não está modificada por conta deste assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 2 de fevereiro de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7Bradley Ricardo Moretti
Sócio - Contador CRC SC-023618/O-6**TRABALHO**

Cade abre processo contra Google por uso de conteúdo jornalístico em buscas

Decisão unânime do Cade amplia investigação e pode levar a sanções por suposto abuso de posição dominante do Google no mercado digital

Redação

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu abrir processo administrativo contra o Google para apurar o uso de conteúdo jornalístico em seus mecanismos de busca e ferramentas de inteligência artificial. A medida, aprovada por unanimidade, transforma uma investigação iniciada anos atrás em uma etapa mais avançada, que pode resultar em punições e mudanças na atuação da empresa.

No centro da apuração está a suspeita de que o Google utiliza, sem remuneração, conteúdos produzidos por veículos de imprensa para alimentar resultados de busca e sistemas de IA generativa. Segundo o Cade, há indícios de que a empresa se

beneficia de sua posição dominante no mercado — superior a 90% — para extrair valor econômico de forma considerada desproporcional.

A investigação também aponta que os produtores de conteúdo não teriam a opção de impedir o uso de seus materiais em ferramentas de inteligência artificial sem sofrer prejuízos na visibilidade. Na prática, a ausência de um mecanismo de “opt-out” pode forçar veículos a aceitarem o uso de seus conteúdos para não desaparecerem dos resultados de busca.

Outro ponto analisado é o impacto direto sobre o tráfego dos sites jornalísticos. Ao exibir resumos ou trechos das reportagens, especialmente em recursos baseados em IA, o buscador reduziria o número de cliques nos links originais, afetando a audiência e a receita publicitária das empresas de mídia.



Cade investiga se uso de conteúdo jornalístico por ferramentas de busca e IA prejudica veículos de imprensa

nais, afetando a audiência e a receita publicitária das empresas de mídia.

Queda

O Google, por sua vez, argumenta que a queda no acesso aos sites de notícias começou antes da adoção de ferramentas de inteligência artificial e aponta

mudanças no comportamento dos usuários como fator relevante. A empresa também sustenta que seus produtos continuam contribuindo para a distribuição de tráfego e visibilidade de conteúdos jornalísticos.

Especialistas e representantes do setor consideram a decisão um marco

no debate sobre a relação entre plataformas digitais e jornalismo. O processo, que pode levar anos até a conclusão, deve discutir possíveis medidas corretivas, como permitir que veículos escolham como seus conteúdos podem ser utilizados, especialmente em aplicações de inteligência artificial.

GOIÁS

Saúde orienta sobre picadas de cobra em Goiás: atendimento imediato pode ser diferença entre a vida e a morte

Unidade destaca aumento de casos e alerta para cuidados corretos após acidentes. Jararacas e cascavéis são as principais responsáveis pelas picadas

Redação

Com o aumento de registros envolvendo animais peçonhentos, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás intensificou o alerta à população sobre acidentes com serpentes. Somente em 2026, o Hospital Estadual de Doenças Tropicais (HDT) já contabiliza 170

atendimentos por picadas de cobra, dentro de um total de 542 ocorrências com animais peçonhentos no período.

Os dados mostram predominância de acidentes com jararacas, responsáveis pela maioria dos casos, seguidas por cascavéis. Em nível estadual, entre janeiro e abril, foram notificadas

584 ocorrências com serpentes e quatro mortes. A orientação das autoridades é clara: buscar atendimento médico com urgência pode ser decisivo para evitar complicações graves.

Práticas populares

Especialistas reforçam que práticas populares ainda difundidas, como tentar sugar o veneno ou amarrar o local da picada, são inadequadas e podem agravar o quadro. O procedimento correto é simples: higienizar a área com água e sabão e procurar assistência de saúde o mais rápido possível, onde será avaliada a necessidade de aplicação do soro antiveneno.

Os sintomas variam conforme o tipo de serpente. Picadas de jararaca costumam causar dor intensa, inchaço e sangramentos, enquanto o veneno da cascavel pode provocar alterações neurológicas, como visão turva e dificuldade respiratória. O tratamento é feito com soros específicos

cos, disponíveis em unidades de referência.

Além do atendimento hospitalar, o estado mantém suporte por meio do Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox-GO), que funciona 24 horas para orientar população e profissionais. Para prevenir acidentes, a recomendação é utilizar equipamentos de proteção em áreas de risco e evitar contato com locais de pouca visibilidade, como matas densas e entulhos.



Pantanal Transmissão S.A.
 CNPJ nº 18.726.961/0001-43
 Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Pantanal Transmissão S.A. - Leilão nº 002/2013 - Lote F - SE Campo Grande II

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2025

Goiânia-GO

Abril de 2026

Senhores Acionistas,

A Administração da Pantanal Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Pantanal Transmissão é uma companhia de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2013, oriunda do Consórcio Pantanal, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº. 002/2013, no que tange ao Empreendimento denominado Lote F, tendo como objetivo principal a implantação e respectivas ampliações da Subestação Campo Grande II, com a instalação inicial de dois Autotransformadores Rebaixadores nas tensões 230/138/13,8kV, e posteriormente um terceiro, nas mesmas (230/138/13,8kV), para o atendimento dos consumidores do município de Campo Grande - MS, cujo suprimento é de responsabilidade da ENERGISA Distribuidora MS.

No dia 09 de outubro de 2013, a companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 018/2013, contraindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos.

As instalações da Pantanal tiveram o início da operação integrada ao SIN - Sistema Interligado Nacional em 07/06/2016, e suas respectivas melhorias em 03/04/2018, com a emissão dos Termos de Liberação Definitiva (TLD) de números 186 e 187 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 12 de abril de 2018.

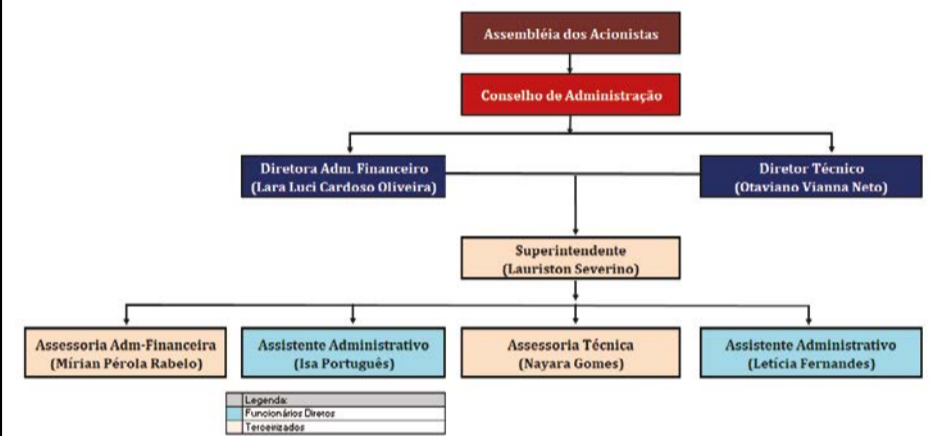
2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Pantanal Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas a CELGPAR (49%), a CEL ENGENHARIA (30,60%) e CPLA ENERGIA LTDA (20,40%) conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Pantanal Transmissão S.A. possui estrutura administrativa simplificada, conforme estrutura abaixo:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Pantanal Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 14/10/2013, conforme Ato de Constituição.

Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R\$ 79.976.478,00 (setenta e nove milhões e novecentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oito reais), conforme 25ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 29/11/2022.

5. INVESTIMENTOS

A Pantanal Transmissão S.A. realizou seus principais investimentos durante a fase de implantação do empreendimento, incluindo a ampliação referente ao terceiro transformador (3º Trafo). Atualmente, a companhia já dispõe de estoque estratégico dos principais equipamentos sobressalentes, assegurando maior confiabilidade operacional.

No ano de 2023, foi emitido o Parecer de Acesso DTA-2023-PA-0149-R0, referente à solicitação da Energisa MS para **conexão de 01 (uma) entrada de linha (EL) no barramento de 138 kV da Subestação Campo Grande II (230/138 kV)**. A obra foi executada pela Pantanal Transmissão S.A., com energização ocorrida em 20/09/2025. O investimento total realizado foi de **R\$ 6.580.736,74 (seis milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos)**, cujo ressarcimento está previsto por meio da receita de CCT - Contrato de Compartilhamento de Instalações, conforme Resolução Homologatória com previsão para junho de 2026.

Adicionalmente, em 2025, foram executados serviços de ampliação e melhoria do **almoxarifado da Subestação Campo Grande II, localizada em Campo Grande/MS, com investimento total de R\$ 101.545,00 (cento e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de ampliação das instalações do 3º Autotransformador e seus complementos, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Pantanal Transmissão, em 02/04/2018 foi emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Município de Campo Grande a Licença de Operação nº 03.213/2016 e renovada em 13/10/2020 passando a vigor a Licença de Operação nº 03.226/2020, válida até 13/10/2030.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99 destacamos que a Companhia firmou contrato de auditoria externa com a **Berkan Auditoria e Consultoria**, no valor anual de **R\$ 32.025,00 (trinta e dois mil e vinte e cinco reais)**, para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2025.

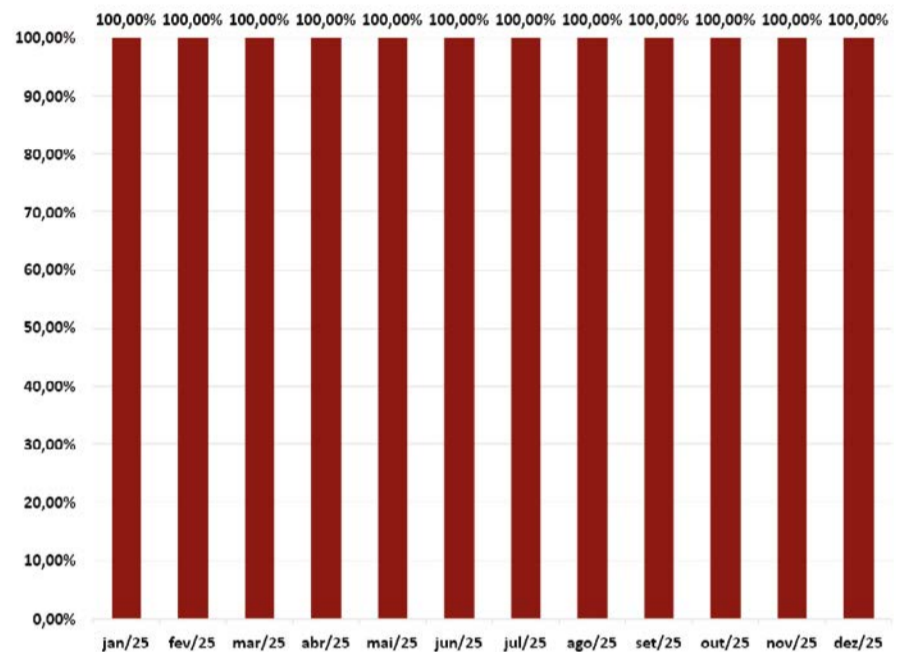
8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os serviços Operação e Manutenção da Pantanal Transmissão são realizados por uma equipe especializada da empresa **CEL Engenharia Ltda**, referentes às instalações da SE Campo Grande 2, em um valor de contrato mensal de **R\$ 135.726,37 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos)**, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Pantanal Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2025, não ocorreram eventos geradores de Parcela Variável.

Histórico de Disponibilidade da Pantanal Transmissão



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Pantanal Transmissão S.A. do exercício de 2025:

Dados Econômico-financeiros	
Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)	24.185
Custo de Operação e Manutenção (R\$ milhares)	(8.712)
Lucro Bruto do Exercício (R\$ milhares)	15.473
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)	(1.079)
Resultado Financeiro Líquido (R\$ milhares)	78
IR e Contribuição Social (R\$ milhares)	(770)
Resultado do Exercício (R\$ milhares)	13.702
Ativo Total (R\$ milhares)	122.063
Passivo Total (R\$ milhares)	11.774
Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	110.289

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R\$ milhares)	13.702
Constituição de Reserva Legal 5% (R\$ milhares) (*)	685
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R\$ milhares)	3.254
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	9.763

(*) Art. 193 da Lei nº 6.404 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
 Presidente do Conselho de Administração
Lara Luci Cardoso de Oliveira
 Diretor(a) administrativo financeiro(a)
Marcos Roberto Silva
 Diretor Técnico

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)						
Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota	31.12.2025	31.12.2024		Nota	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante				Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.516	1.282	Fornecedores		213	167	Receita líquida	11	24.185	11.868
Concessionárias e permissonárias	5	1.344	1.446	Obrigações tributárias		192	204	Custo de construção	12	(6.486)	-
Ativo contratual	6	10.801	9.474	Dividendos a pagar	10.c	3.254	2.091	Custo de operação	12	(2.226)	(1.704)
Outros ativos	7	86	1.158	Obrigações sociais e trabalhistas		18	17	Lucro bruto		15.473	10.164
		13.747	13.360	Outras contas a pagar		81	409	Remuneração do pessoal		(177)	(163)
						3.758	2.888	Remuneração dos administradores	8.b	(253)	(241)
Ativo não circulante				Passivo não circulante				Serviços de terceiros		(546)	(476)
Ativo contratual	6	108.304	98.010	Tributos diferidos	14.a	8.016	7.234	Outras receitas e despesas operacionais		(103)	(96)
Imobilizado e intangível		12	3			8.016	7.234	Total das despesas administrativas		(1.079)	(976)
		108.316	98.013	Patrimônio líquido				Receitas financeiras		45	29
				Capital social	10.a	79.976	79.976	Despesas financeiras		33	(42)
				Reservas de lucros	10.b	30.313	21.275	Resultado financeiro líquido	13	78	(13)
				Resultado do período		-	-	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		14.472	9.175
Total do ativo		122.063	111.373	Total do passivo e patrimônio líquido		122.063	111.373	Imposto de renda e contribuição social corrente	14.c	(412)	(359)
								Imposto de renda e contribuição social diferido	14.c	(358)	(12)
								Lucro do exercício		13.702	8.804
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
								Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
										31.12.2025	31.12.2024
								Lucro líquido do exercício		13.702	8.804
								Outros resultados abrangentes		-	-
								Resultado abrangente do exercício		13.702	8.804
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional
A Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia") com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em 12 de agosto de 2013, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Pantanal, vencedor do Lote F do Leilão nº 02/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 Da concessão
Em 9 de outubro de 2013, foi assinado o Contrato de Concessão nº 018/2013, pelo prazo de 30 anos, com a União, por meio da Companhia de Implantação, Operação e Manutenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, das seguintes instalações de transmissão:
(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Campo Grande II, em 230/138 kV, 2 X 150 mVA.
(b) Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no Estado do Mato Grosso do Sul.
(c) Implantação da Subestação (SE) Campo Grande II: um enlace de 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão 230 kV Imbrussu - Chapadão e a Subestação Campo Grande II, com extensão aproximada de 13 km, as duas entradas de linha correspondente na Subestação Campo Grande II; e aquisição de equipamentos necessários a modificação, substituições e adequações nas entradas de linhas das Subestações de Imbrussu e Chapadão.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL em 22 de julho de 2025, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2025/2026 foi de R\$ 13.378 (R\$ 12.703 no ciclo 2024/2025), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3T25. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 5,32% na RAP anual. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que a próxima revisão será em 2029. A Companhia reconhece os impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.159/2025 publicado pela ANEEL em 17 de julho de 2025 definiu contribuição total no valor de R\$ 48.484,41, vigente de julho/2025 a junho/2026, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.

Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico com o percentual equivalente a, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,72%.

1.3 Alienação de Participações Societárias da CELGPAR
A CELGPAR, sociedade de economia mista, conduziu processo de desestatização com o objetivo de alienar participações societárias em empresas atuantes nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, contando com assessoria técnica especializada e apoio operacional da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
A sessão pública do leilão foi realizada em 03 de outubro de 2025, na sede da B3, em São Paulo, e contemplou quatro lotes de participações acionárias detidas pela CELGPAR.
O lote B ofertou 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A., com preço mínimo de R\$ 31.903 milhões, arrematadas pela Orion Transmissão S.A. pelo valor de R\$ 43.131 milhões, representando ágio de 35,2% em relação ao preço inicial.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)
As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2026.

2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
A seguir, são apresentados os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras:
(i) Reconhecimento do ativo de contrato
A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.
(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato
A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.
(iii) Margem de construção
A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.
(iv) Determinação das receitas de infraestrutura
Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.
(v) Determinação das receitas de operação e manutenção
A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos prevista no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidas de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3 Principais práticas contábeis
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

Receita operacional
Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:
Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridos.
A margem de construção foi estimada com base nas projeções de custos e na alocação das atividades de operação e manutenção (O&M). Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como resultado (ganho ou perda) de eficiência na implementação da infraestrutura quando incorridos.
Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

a. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.
A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(i) Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Concessionárias e permissionárias".
Valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a conta: "Caixa e equivalentes de caixa".
(ii) Passivos financeiros
Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2025, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreende a conta de "Fornecedores".
(iii) Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
(iv) Concessionárias e permissionárias
Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT) Exclusivo.
(v) Ativo contratual
A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.
O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Anual Periódica (RAP).
A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.
(vi) Impostos e contribuições
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.
Quando aplicável, os impostos sobre o lucro e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.
(vii) Redução ao valor recuperável de ativos
A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.
A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.
(viii) Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado do período	13.702	8.804
Ajustado por:		
Tributos diferidos	782	26
Remuneração do ativo contratual	(9.870)	(9.310)
Receita de construção do ativo contratual	(7.565)	-
Ganhos/perdas do ativo contratual	(3.835)	(239)
Depreciação	(1)	1
Juros P&D	(40)	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	95	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Ativo contratual	9.649	9.176
Concessionárias e permissionárias	7	(212)
Outros ativos	1.072	(916)
Fornecedores	46	51
Impostos correntes a pagar	388	376
Obrigações sociais e trabalhistas	1	(6)
Outras contas a pagar	(288)	40
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(328)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.744	7.498
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(10)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.500)	(7.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.500)	(7.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(234)	(498)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.282	784
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.516	1.282

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Geração de Riqueza		
Receitas		
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	13.800	9.549
Receitas relativas à operação e manutenção	4.016	2.936
Receita relativa à construção	7.565	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95)	-
Insunhos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(6.486)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.688)	(2.215)
Valor adicionado bruto	16.037	10.270
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	16.036	10.269
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	45	29
Valor adicionado total a distribuir	16.081	10.298
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(369)	(344)
Remuneração direta	(282)	(268)
FCTS	(6)	(5)
Benefícios	(81)	(71)
Impostos, taxas e contribuições	(1.940)	(1.057)
Tributos federais	(1.755)	(885)
Tributos estaduais	(3)	(5)
Encargos setoriais	(178)	(161)
Outras taxas e contribuições	(4)	(6)
Remuneração de capitais de terceiros	(70)	(93)
Encargos da dívida e variação monetária	40	(35)
Alugueis	(103)	(51)
Outras	(7)	(7)
Remuneração de capitais próprios	(13.702)	(8.804)
Lucros retidos	(3.254)	(2.091)
Dividendos mínimos obrigatórios	(10.448)	(6.713)
Valor adicionado distribuído	(16.081)	(10.298)

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

a. No Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/ permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias.

b. Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clariificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras liquidez imediata	1.516	1.282
	1.516	1.282

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser remuneradas mensalmente até 100% do CDI.

5 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (I)	1.224	1.186
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	200	248
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	15	12
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	-
	1.344	1.446

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS - Operador Nacional do Sistema;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BerkanCONSULTORIA & AUDITORIA
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Pantanal Transmissão S.A.
Goiânia - GO**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pantanal Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 20 de fevereiro de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Sócio

Contador CRC SC-023618/O-6

Graziela Schmitz

Gerente

Contadora CRC SC-044595/O

TENDÊNCIA

Carros eletrificados avançam e quase dobram vendas no Brasil

Crescimento de 88% no primeiro trimestre reflete chegada de marcas chinesas e maior aceitação da tecnologia; veículos movidos a combustão tiveram alta de apenas 7%

Folhapress

O mercado de veículos eletrificados ganhou força no Brasil em 2026, com um salto expressivo nas vendas impulsionado pela entrada de novas montadoras — especialmente chinesas — e pela mudança no comportamento do consumidor. No primeiro trimestre, os emplacamentos quase dobraram em relação ao mesmo período do ano passado.

Levantamento da consultoria K.Lume, com base em dados da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), aponta mais de 95 mil unidades vendidas entre janeiro e março, incluindo modelos elétricos, híbridos e híbridos plug-in. O crescimento de 88% contrasta com a alta

de apenas 7% dos veículos movidos a combustão.

Competitivos

De acordo com a Bright Consulting, pouco menos de 10% dos carros comercializados no começo de 2025 eram eletrificados — ou seja, 1 a cada 10 veículos.

"Os chineses voltaram a produção para esse diferencial, que é ter o carro eletrificado. Eles chegam aqui com carros muito competitivos, que conseguiram conquistar o consumidor. Isso faz com que as montadoras tradicionais tenham que reagir também", afirma Murilo

Briganti, diretor da Bright. Ele diz que a onda de desincentivo à energia limpa, catapultada pelo governo Donald Trump nos



Expansão das marcas chinesas e avanço da tecnologia impulsionam vendas

EUA, não deve ter efeito sobre o Brasil.

"As montadoras estão vindo com carros que trazem um design diferente do que a gente está acostumado, uma qualidade de conteúdo, de acabamento. O consumidor acaba comprando o conjunto todo."

Thiago Castilha, diretor da empresa de equipamen-

tos para veículos elétricos E-Wolf, descreve a China como "um celeiro de montadoras". Ele diz que nem todas essas empresas se manterão futuramente, mas as maiores estão vindo para o Brasil, afirma.

"O carro elétrico vem a somar como mais uma opção, assim como o híbrido, assim como o [carro movi-

do a] etanol. Para o nosso mercado, quanto mais diversa for essa frota, melhor, porque a gente começa a diminuir as dependências de fornecimento. Para a gente é bom ter carro flex, é bom ter carro elétrico, é bom ter carro a diesel também, biodiesel, na medida certa", diz Castilha.

SAÚDE

Anvisa aprova Mounjaro para crianças e adolescentes com diabetes tipo 2: obesidade infantil chega a 38%

Redação

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso do Mounjaro (tirzepatida) para o tratamento do diabetes tipo 2 em crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. O medicamento já era autorizado para adultos, in-

clusive para obesidade e apneia do sono.

A decisão foi baseada em estudo clínico publicado em 2025 na revista *The Lancet*, que demonstrou redução média de 2,2 pontos percentuais na hemoglobina glicada após 30 semanas de uso. Os efeitos adversos mais comuns fo-

ram sintomas gastrointestinais, como náusea, diarreia e vômito.

Dados indicam que o diabetes tipo 2 atinge milhares de jovens. Estimativas apontam cerca de 213 mil adolescentes com a condição no Brasil, enquanto a obesidade infantil — associada à doença

— alcança 38% da população de 5 a 19 anos.

Outros medicamentos já aprovados para essa faixa etária incluem opções à base de liraglutida e semaglutida. Apesar disso, registros mostram uso fora da idade recomendada, inclusive do próprio Mounjaro, o que levanta preo-

cupações sobre prescrição inadequada.

Especialistas alertam que o tratamento deve ser acompanhado por equipe multidisciplinar. O uso sem orientação pode causar efeitos adversos, como desnutrição, alterações hormonais e até complicações raras.

ENTREVISTA

Caiado alerta: dívida recorde e crime exigem resposta firme do Estado

Ex-governador diz que endividamento reduz o consumo, dificulta o acesso ao crédito e limita a capacidade de crescimento sustentável do país

Redação

O pré-candidato à Presidência da República Ronaldo Caiado (PSD) voltou a destacar, em entrevista concedida à CNN Brasil na quarta-feira (22/04), a preocupação com o cenário econômico do país, especialmente em relação ao nível de endividamento da população.

Segundo ele, o Brasil enfrenta um quadro delicado, com a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB) atingindo patamares elevados. "O desafio número um é o grau de endividamento da sociedade brasileira, elevando a sua dívida PIB a percentuais jamais vistos, hoje se aproximando de 80%", afirmou durante participação no programa CNN 360°.

Na avaliação de Caiado, o impacto desse endividamento vai além dos indicadores macroeconômicos e atinge diretamente o cotidiano das famílias brasileiras. O comprometimento da renda, segundo ele, reduz o consumo, dificulta o acesso ao crédito e limita a capacidade de crescimento sustentável do país. O pré-candidato defendeu a adoção de medidas estru-

turais que possam reequilibrar as contas públicas e criar um ambiente mais favorável à retomada econômica.

Ao abordar propostas para a área econômica, Caiado indicou que pretende priorizar políticas voltadas à responsabilidade fiscal e ao estímulo à atividade produtiva. Ele também mencionou a necessidade de fortalecer mecanismos que ampliem a capacidade de investimento e reduzam a vulnerabilidade das famílias diante de crises financeiras. A entrevista completa, com detalhamento das propostas, foi disponibilizada nos canais oficiais da emissora.

Segurança pública

No mesmo espaço, Caiado também tratou de outro tema central de sua agenda: a segurança pública. O governador defendeu uma postura mais rigorosa do Estado no enfrentamento à criminalidade, especialmente diante do avanço das organizações criminosas em diferentes regiões do país. Para ele, o cenário atual exige ações mais firmes e coordenadas entre as forças de segurança.



Pré-candidato à Presidência, Ronaldo Caiado, revela preocupação com dívida das famílias

Entre as medidas citadas, está a possibilidade de classificar facções criminosas como organizações terroristas. Segundo Caiado, essa mudança permitiria ampliar os instrumentos legais disponíveis para investigação e repressão, dando maior capacidade de resposta às autoridades. A proposta segue uma linha mais dura de enfrentamento e deve gerar debates no meio jurídico e político.

O governador também

mencionou a possibilidade de utilização das Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, em operações de combate ao crime organizado. A ideia é promover uma atuação integrada entre os sistemas de defesa e segurança pública, especialmente em situações consideradas críticas. Esse tipo de abordagem, no entanto, costuma dividir opiniões entre especialistas, principalmente quanto aos limites constitucionais e à efetivi-

dade dessas ações.

Ao reunir temas como economia e segurança pública na mesma entrevista, Caiado sinaliza os eixos centrais de seu discurso político: de um lado, a necessidade de reequilibrar as finanças do país e reduzir o endividamento; de outro, o endurecimento no combate à criminalidade. A combinação dessas pautas indica o tom que deve marcar sua atuação no cenário nacional nos próximos meses.

AVANÇO

Proposta quer banir cigarro para quem nasceu a partir de 2009

Redação

A deputada Fernanda Pessoa (PSD-CE) apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que propõe mudança estrutural na política de combate ao tabagismo no país. A proposta estabelece que pessoas nascidas a partir de 2009 não poderão, em nenhuma fase da vida, comprar produtos derivados do tabaco, uma estratégia inspirada em medidas adotadas no Reino Unido para reduzir o número de fumantes ao longo das próximas décadas.

O texto prevê a proibição da comercialização de itens como cigarros, dis-

positivos eletrônicos para fumar (vapes) e narguilés para esse grupo específico, com exigência de apresentação de documento oficial no momento da compra. Estabelecimentos que descumprirem a regra poderão ser penalizados com multas que chegam a R\$ 50 mil, além de sanções administrativas que incluem advertência, suspensão das atividades e até cassação do alvará em casos de reincidência.

Diferentemente do modelo atual, que permite o consumo a partir de uma idade mínima, a proposta cria uma restrição permanente vinculada ao ano de nascimento. Na justifica-

tiva, a parlamentar afirma que a medida busca impedir o início do consumo, com base em evidências científicas que apontam a adolescência como fase decisiva para o desenvolvimento do vício em nicotina.

Fernanda Pessoa argumenta que o tabagismo continua sendo uma das principais causas evitáveis de morte no mundo, associado a doenças como câncer, problemas cardiovasculares e enfermidades respiratórias. Segundo ela, a proposta atua no campo da prevenção, ao limitar o acesso de novas gerações e, consequentemente, reduzir impactos futuros no sistema de saúde.

SAÍDA

Governo negocia solução para dívidas do agro

Folhapress

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer evitar o uso de R\$ 30 bilhões do Fundo Social do pré-sal para a renegociação de dívidas do agronegócio, como quer o setor. Ontem (23/04), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, apresentou uma alternativa para a securitização, que inclui um prazo de pagamento menor, de seis anos.

Um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados no ano passado autoriza o uso de R\$ 30 bilhões do Fundo Social para uma linha especial de financiamento de débitos de produtores rurais prejudicados por eventos climáticos ad-

versos, com prazo de dez anos para pagamento, três anos de carência e juros efetivos de 3,5% a 7,5% ao ano.

A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sob relatoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente do colegiado.

Calheiros e Durigan se reuniram nesta quinta e, segundo o senador, a proposta do governo inclui condições diferentes para adimplentes e inadimplentes e juros estabelecidos de acordo com valor incluído na negociação.

Calheiros disse, ao deixar a Fazenda, que o governo trabalha com "outras alternativas" de custeio, mas não deu detalhes.



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Iniciativa

Daniel lembrou que Goiás saiu na frente e fez o seu papel de defender os interesses do Estado e do Brasil, e espera que o governo federal, em algum momento, também faça a sua parte.

Agregado

Para o governador goiano, o mais importante para Goiás é o cumprimento daquilo que foi acordado no documento assinado com o governo norte-americano: agregação de valor e processamento do minério aqui no estado.

Mau gestor

O pré-candidato a presidente da República Ronaldo Caiado (PSD) avalia que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não soube governar o Brasil e por isso foi derrotado por Lula, em 2022.

Lógica

"Veja bem, se você está no mandato, perde a eleição no mandato e não faz o seu sucessor, é lógico que você não pode se credenciar como bom gestor naquele momento", respondeu Caiado à pergunta sobre Bolsonaro.

Potencial

Caiado rejeitou a ideia de que sua candidatura seria apenas mais uma voz crítica a Lula. "Não vou ficar polarizando. Eu vou mostrar o meu potencial. Essa discussão tem que ser elevada, não pode empobrecer o debate", afirmou.

Portugal

Segundo a consultoria jurídica Martins Castro, Portugal descumpra lei ao "congelar" pedidos de cidadania; brasileiros denunciam colapso administrativo.

Fila

Segundo o levantamento, o Estado português acumula hoje um passivo recorde de 700 mil processos de nacionalidade pendentes, resultando em esperas que superam os quatro anos.

Entre o racha e a dúvida, Gayer tenta salvar projeto ao Senado



A expectativa em torno do evento com o pré-candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, previsto para o dia 23 de maio, em Goiânia, é vista como simbólica pelos liberais bolsonaristas goianos. Mais do que um ato político, será um teste de unidade. Para o deputado Gustavo Gayer, pré-candidato ao Senado, sobretudo, o tempo de calcular prejuízos começa a dar lugar à necessidade de escolher caminhos — e, talvez, corrigir rotas antes que o desgaste se torne irreversível. De olho nas pesquisas de intenção de voto, que apontam uma disputa acirrada pela segunda vaga à Câmara Alta, Gayer vê sua pré-candidatura entrando em uma fase delicada, marcada menos por afirmações políticas e mais por dúvidas estratégicas. Nos bastidores, o

parlamentar ainda tenta mensurar, com precisão, o tamanho do impacto causado pela insistência do senador Wilder Moraes em manter sua pré-candidatura ao governo de Goiás. O movimento, que contrariou a ala do partido favorável à composição com a base governista, alterou o tabuleiro eleitoral e impôs a Gayer um cenário mais competitivo — e menos previsível — do que aquele inicialmente desenhado. Gayer apostou até o limite em uma aliança com o grupo liderado por Daniel Vilela (MDB) e Ronaldo Caiado (PSD), vislumbrando uma vaga na chapa majoritária ao Senado ao lado de Gracinha Caiado (União). A estratégia tinha lógica: inserir seu nome em um parlance competitivo, com alta capilaridade e respaldo administrativo.

Dilema que se impõe

No entanto, a decisão de Wilder de manter candidatura própria ao governo não apenas inviabilizou essa construção, como empurrou o deputado para uma disputa direta com nomes consolidados. As pesquisas mais recentes escancararam essa dificuldade: Gayer aparece tecnicamente empatado — e, em alguns cenários, atrás — do senador Vanderlan Cardoso, um dos pré-candidatos da base governista, evidenciando o custo político da fragmentação. Diante desse quadro, o dilema que se impõe ao PL goiano é claro: insistir no racha ou buscar recomposição. Internamente, o desconforto é visível, e cresce a pressão para que Gayer e Wilder superem divergências em nome de um projeto eleitoral minimamente competitivo.

Defesa de Goiás

Em meio às tratativas da venda da mineradora Serra Verde, localizada em Minaçu, para a empresa norte-americana USA Rare Earth, o governador Daniel Vilela (MDB) reafirmou a defesa do Estado de Goiás no que tange à produção e processamento de terras raras em território goiano. Daniel reforçou que não abrirá mão de exigir o cumprimento do acordo que foi instituído com o governo norte-americano, ainda na gestão Caiado.

PREFERÊNCIA

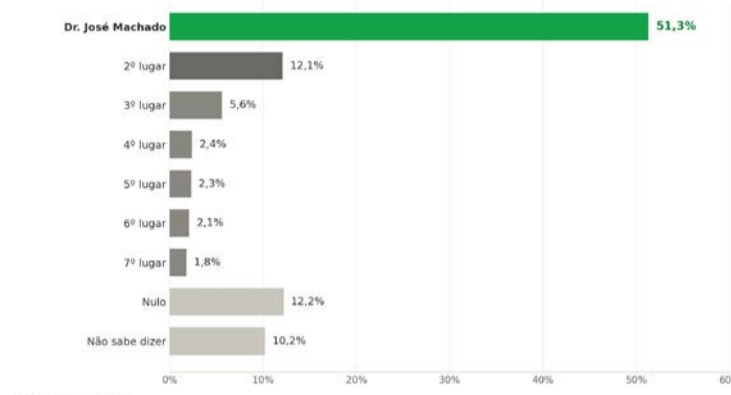
José Machado lidera em Goianésia com 51,3% dos votos para deputado

Pesquisa mostra que pré-candidato abre vantagem superior a 39 pontos sobre principal concorrente

Intenção de voto — Deputado Estadual 2026

Goianésia/GO - 600 entrevistados - Abril/2026

Directa Pesquisas - Registro TSE-GO 01019/2026



José Machado lidera disputa em Goianésia por cadeira na Alego

Redação

O deputado estadual José Machado (PSDB) aparece com 51,3% das intenções de voto para deputado estadual em Goianésia, segundo pesquisa registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número GO-01019/2026, consolidando liderança isolada no município. Ele é pré-candidato a reeleição.

O levantamento, realizado em abril de 2026 com 600 entrevistados, revela um cenário incomum em eleições proporcionais. José Machado supera sozinho a marca de metade do eleitorado, enquanto o segundo colocado tem 12,1% e o terceiro 5,6%, abrindo vantagem superior a 39 pontos percentuais sobre o principal concorrente. Na prática, o deputado soma mais intenções de voto do que todos os adversários juntos.

Os dados mostram que a liderança se repete em todos os recortes analisados. Entre homens, o índice é de 46,7%, e entre mulheres, 55,2%. O desempenho também se mantém consistente entre diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, com destaque para eleitores com ensino médio e superior,

onde chega a 66,7%.

A presença eleitoral é distribuída por toda a cidade, com variação entre 42,5% e 62,2% nas regiões pesquisadas, indicando forte capilaridade e base consolidada em todo o território urbano.

Na modalidade espontânea, quando não há apresentação de nomes ao entrevistado, José Machado também aparece à frente, com 18,9% das citações, mais que o triplo do segundo colocado. O resultado indica elevado nível de reconhecimento junto ao eleitorado.

A pesquisa também aponta que a saúde é a principal preocupação da população, citada por 31,5% dos entrevistados, tema diretamente associado à atuação do parlamentar, que é médico de formação. A margem de erro é de 3,98 pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

A pesquisa foi realizada em diversos bairros de Goianésia, abrangendo regiões centrais e periféricas, o que reforça a representatividade do levantamento e a distribuição equilibrada da base eleitoral do deputado no município.

TAXA DO AGRO

Governo de Goiás inicia devolução de valores a contribuintes do Fundeinfra

Solicitação de restituição deve ser feita por meio de abertura de processo, no site da Seinfra; ao todo, 213 têm direito ao ressarcimento

Redação

O Governo de Goiás iniciou o processo de devolução dos valores recolhidos ao Fundo Estadual de Infraestrutura, contribuição que deixou de existir após sua revogação em março deste ano. O primeiro lote, no valor de R\$ 1,8 milhão, foi pago na quarta-feira (23/4). No total, 213 contribuintes têm direito ao ressarcimento, que soma cerca de R\$ 12,9 milhões. Para receber, é necessário solicitar a restituição por meio de abertura de processo junto à Secretaria de Estado da Infraestrutura, responsável por conduzir todo o procedimento.

O pedido deve ser feito pelos contribuintes que efetuaram pagamentos indevidos, com preenchimento de formulário disponível no site oficial da secretaria, onde também estão detalhadas as orientações. A devolução se justifica porque a lei que extinguiu o fundo estabeleceu efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, a cobrança deixou de valer para operações realizadas a partir de janeiro de 2026, tornando irregulares os valores pagos após essa data. Se-

gundo o titular da Seinfra, Ricardo de Oliveira, mesmo após a mudança na legislação, alguns contribuintes continuaram recolhendo a chamada taxa do agro, o que gerou a necessidade de restituição por parte do Estado.

A secretaria informa que os pagamentos efetuados até 13 de março de 2026, data de publicação da lei que extinguiu o fundo, serão devolvidos integralmente, sem a cobrança de taxa administrativa. Já os valores recolhidos após esse marco poderão sofrer incidência de 5%, conforme previsto na legislação vigente, destinada à compensação dos custos operacionais do Estado. Em todos os casos, os montantes a serem restituídos terão acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Processo

Para dar entrada no processo, é preciso apresentar documentação como contrato social da empresa, documentos dos representantes legais, cópia do Documento de Arrecadação Estadual (DARE), comprovante de pagamento e dados bancários vinculados ao CNPJ do solicitante. Após o envio do for-



O Fundeinfra foi criado com o objetivo de realizar investimentos em obras de infraestrutura

mulário preenchido e dos documentos por e-mail, caberá à Seinfra formalizar o processo no sistema eletrônico do Estado, analisar as informações e autorizar o pagamento conforme a ordem de solicitação.

Instituído em 2023, o Fundeinfra foi criado com o objetivo de financiar obras estruturantes em Goiás, com prioridade para a recuperação e ampliação da malha rodoviária. Ao longo de sua vigência, o fundo arrecadou cerca de R\$ 3,544 bilhões, entre receitas diretas e rendimentos financeiros, destinados a um conjunto de 69 obras, cujo custo total estimado é de R\$ 4,8 bilhões. Para viabilizar a conclusão dos projetos

aprovados, o Tesouro estadual ainda deverá aportar aproximadamente R\$ 1,395 bilhão.

Continuidade

De acordo com o governador Daniel Vilela, o fim da cobrança não comprometerá o andamento das obras, que seguirão com recursos próprios do Estado e com o saldo já acumulado pelo fundo. A expectativa é entregar mais de 1,4 mil quilômetros de rodovias até o final deste ano, sendo mais de 800 quilômetros em execução, 567 em fase de licitação e outros 340 já concluídos, incluindo trechos das GOs 154, 219, 230, 050, 080, 040 e 184, que receberam in-

vestimentos de R\$ 837,6 milhões. Segundo ele, há garantia orçamentária para todas as obras em andamento.

A extinção do Fundeinfra também faz parte de um conjunto de medidas voltadas ao setor produtivo, especialmente o agronegócio, que enfrenta um cenário desafiador, com aumento dos custos de produção, instabilidade climática, endividamento e ausência de mecanismos mais amplos de proteção, como um seguro rural nacional. Para o governo, a retirada da cobrança representa um gesto de apoio ao segmento, diante das dificuldades enfrentadas na atual safra.

SUCCESSÃO 2026

Segundo maior colégio eleitoral do País, MG se tornou campo minado para Flávio Bolsonaro, avaliam aliados

Folhapress

Minas Gerais se tornou uma espécie de campo minado para o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), avaliam aliados do centrão ouvidos pela Folha de S.Paulo. Nenhum dos cenários postos para o senador é visto hoje como o ideal para garantir a vitória no estado, considerado crucial para a eleição nacional.

Atualmente, Flávio não tem um palanque garantido em Minas. Apoiar o governador Matheus Simões (PSD) é visto com receio porque o atual che-

fe do Executivo estadual não empolga nas pesquisas. O senador Cleitinho (Republicanos), favorito até o momento, é classificado como inconsistente por uma ala do PL, e uma candidatura própria é considerada um tiro no escuro.

Flávio tenta atrair o ex-governador Romeu Zema (Novo) para ser seu vice. Caso tenha sucesso, seria levado a apoiar o governador Matheus Simões na tentativa de reeleição.

Outro fator que gera receio sobre uma aliança com Simões é a recente filiação do senador Carlos Viana ao PSD. Dessa

forma, o atual governador precisaria escolher entre o pré-candidato do PL ao Senado, o deputado Domingos Sávio, e Marcelo Aro (PP), ex-articulador político de Zema, para a segunda vaga.

A avaliação no PL é que a chegada de Viana congestiona a eleição para o Senado, visto que ele já tem uma vantagem presumida por concorrer à reeleição. Dessa forma, Simões não poderia abraçar, ao mesmo tempo, o candidato Domingos Sávio e Marcelo Aro.

A opção vista com mais viabilidade eleitoral, neste momento, seria apoiar

uma candidatura do senador Cleitinho, que se coloca como opção da direita bolsonarista. Aliados de Flávio, como o deputado Nikolas Ferreira (PL), porém, desestimulam uma aliança com o congressista.

A avaliação é que Cleitinho não tem alinhamento de fato com as pautas bolsonaristas e que, uma vez eleito, poderia se tornar um concorrente na própria direita. O PL chegou a cogitar filiar o senador para lançá-lo ao governo, mas a resistência de Nikolas e outras lideranças da sigla impediu.

Interlocutores da le-

genda relatam receio diante do que consideram uma natureza imprevisível do senador do Republicanos, que por vezes se aproximou do bolsonarismo e, em outras ocasiões, se distanciou.

Em outubro passado, Cleitinho entrou em rota de colisão com o PL ao afirmar que sua dívida com Jair Bolsonaro já estaria "paga", apesar de respeitá-lo. O senador havia sido questionado se apoiaria um nome indicado pelo ex-presidente na corrida ao Palácio do Planalto. Após repercussão negativa, o parlamentar pediu desculpas.

PAI & FILHO

Almir e Gabriel dedilham viola

Almir e Gabriel Sater levam turnê ao Centro de Convenções da PUC, em Goiânia, neste sábado (25/4), a partir das 21h30

Marcus Vinicius Beck

Ao lado do filho Gabriel, Almir Sater vai dedilhar sua viola no Centro de Convenções da PUC, em Goiânia, neste sábado (25/4), a partir das 21h30. Um dos maiores especialistas no assunto, Almir trespassa o tempo, as raízes e a herança cultural durante o espetáculo.

Neste ano, a turnê "Pai e Filho" terá passagem pelos EUA, em Boston e no Carnegie Hall, em Nova York. Até lá, porém, os músicos soltam a voz pelo Brasil afora - além da capital, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, dentre outros, estão no itinerário.

Por entre acordes e palavras, as apresentações mesclam passado, presente e futuro. Os violões sibilam, como se assobiassem o curso das águas e da natureza. As vozes se juntam, como se fossem um organismo a andar em meio à fauna e à flora pantaneira. Oh, chalina!

O blues, o rock e a música regional, tudo isso se encontra na viola. Cada músico tem seu toque, suas

preferências. Como disse em uma recente entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", Almir acredita que isso confere ao acorde um brilho, fazendo-o "soar bonito".

"Quanto menos dedo você colocar na viola, melhor", ensina o músico. "Quanto mais dedo você colocar na viola, ela vai abafando a ressonância. É um instrumento de ressonância."

Nessas andanças, Almir se declara feliz: "Quando a estrada é feita de música, o laço vira legado." Já Gabriel, rosto conhecido pelas novelas "Pantanal" e "Renascer", fala sobre tocar com o pai: "Sigo os passos de quem me ensinou a caminhar. Agora, lado a lado no palco."

Sonoridade

Desde os anos 80, o violão sul-mato-matogrossense procura um som seu. Afina seu instrumento em Rio Abaixo - a primeira corda em ré, a segunda em si, a terceira em sol. Mas o experiente músico usa ainda a Cebolão e a em dó maior, com a qual chegou a

gravar.

Na música caipira e no sertanejo tradicional, os instrumentistas gostam de usar o Cebolão. Já no norte de Minas Gerais, terra que Almir define como "de grandes violeiros", os músicos optam por Rio Abaixo - mais sexy, traiçoeira e um tanto ágil. Seria o estilo do cramulhão.

Almir viveu um violeiro pactuado com o coisa ruim na TV Manchete. Isso foi nos anos 1990, época na qual vivera o misterioso Xexéu Trindade. Tempos depois, em 2022, o filho Gabriel fez o tocador de viola. As cenas o traziam seguindo o som, a música, o ritmo - uma beleza.

Compositor versátil e instrumentista virtuoso, Gabriel herdou do pai o talento e o vínculo com a música caipira. Criado em ambiente musical, ele possuiu como referências nomes como Renato Teixeira e Sérgio Reis. Em mais de 20 anos de carreira, o músico lançou seis álbuns.

Tal pai, tal filho, não é assim? Almir Sater faz música que guarda elementos do folk, como no disco "Do Amanhã Nada Sei", de 2022.



Músicos atravessam tempo, memórias e heranças culturais

RAÍZES

Sertanejos regravam clássicos no Quintal do Boni

DMOnline

A capital goiana recebeu, nesta quinta-feira (23/4), a gravação do projeto "Sertanejo Série A", que reúne as duplas Maíara & Maraisa e Fred & Fabrício, além da cantora Naiara Azevedo. O evento tem início às 18h, no Quintal do Boni, com acesso aberto ao público.

A proposta da gravação aposta na valorização das raízes do sertanejo, com foco em canções consagradas que atravessam gerações. O repertório prioriza os chamados "modões", conhecidos por letras marcantes e forte apelo emo-

cional.

O projeto destaca a importância de preservar a essência do gênero, com interpretações que respeitam o estilo tradicional. A iniciativa reforça o papel do sertanejo clássico na formação cultural do país e sua permanência no gosto popular.

Nostalgia

A presença de fãs no local contribui para o clima nostálgico da gravação. O formato aberto permite maior interação entre artistas e público, o que fortalece a conexão com as músicas que marcam diferentes épocas.



Apelo emocional e letras fortes: projeto "Sertanejo Série A" prioriza os chamados "modões"



Prazeres à Mesa

EDNA GOMES

ednagomes245@gmail.com

Vinhos bons e baratos

Melhor vinho nem sempre será o mais caro. Muitas vezes, será apenas aquele que coube no bolso e sorriu bonito à sua mesa



Segredo está menos no glamour do rótulo e mais no conhecimento

Entrar em um empório de vinhos pode ser, para muita gente, uma experiência encantadora e ao mesmo tempo intimidadora. São corredores repletos de rótulos, nomes estrangeiros, safras, uvas desconhecidas e preços que variam de forma quase indecifrável. Quem não vive esse universo com frequência muitas vezes sente que está diante de um código secreto. E, no impulso ou no constrangimento de perguntar, acaba levando qualquer garrafa ou desistindo da compra. Eu sempre digo que vinho não precisa ser um luxo inacessível.

Essa ideia de que só se bebe bem quando se paga caro afastou muita gente de uma das bebidas mais antigas e fascinantes da humanidade. Há vinhos honestos, corretos, saborosos e extremamente agradáveis em faixas de preço que cabem no cotidiano. O segredo está menos no glamour do rótulo e mais no conhecimento de algumas escolhas inteligentes. É comum que as pessoas associam preço alto à qualidade absoluta.

Claro que há grandes vinhos caros, complexos e memoráveis. Mas também existem garrafas infladas por marketing, embalagem bonita e fama de origem. Da mesma forma, há produtores discretos, regiões menos badaladas e importadoras sérias que entregam vinhos excelentes por valores justos. O bolso agradece quando o consumidor aprende isso.

Quando alguém me pergunta o que comprar sem errar, a primeira resposta nunca é o nome da garrafa. Eu pergunto o que a pessoa gosta de comer, se prefere sabores leves ou intensos, se quer algo para tomar sozinho em casa ou para servir aos amigos. O vinho ideal não nasce apenas da prateleira. Ele nasce do encontro entre paladar, ocasião e expectativa.

Para quem está começando, os tintos frutados costumam agradar bastante. São vinhos macios, de taninos gentis, fáceis de beber e companheiros de massas, pizzas e tábuas de frios. Nesse perfil, muitos rótulos de uva Malbec da Argentina entregam ótimo custo-benefício, especialmente os de entrada

de Mendoza, que costumam unir fruta madura, textura agradável e preço amigável. Os tintos chilenos também merecem atenção. O Chile se consolidou como referência em vinhos acessíveis e confiáveis.

Cabernet Sauvignon e Carménère costumam aparecer com frequência nas prateleiras brasileiras em valores interessantes. São garrafas que funcionam bem para churrascos, carnes assadas e noites descontraídas em família. Entre os brancos, uma excelente porta de entrada está nos Sauvignon Blanc jovens do Chile e em alguns rótulos portugueses.

Portugueses

Portugal oferece tintos saborosos, brancos vivos e blends muito bem feitos em várias regiões. Dão, Alentejo, Lisboa e Tejo costumam apresentar rótulos equilibrados, com preços competitivos e um perfil gastronômico excelente para a nossa mesa. Quando falo em custo-benefício, gosto muito de indicar o famoso Vinho Verde. Leve, fresco, com acidez agradável e às vezes uma pequena sensação frisante, ele combina com petiscos, frutos do mar e tardes leves. É um vinho democrático, simpático e normalmente acessível.

A Espanha também reserva surpresas deliciosas. Muitos Tempranillos jovens chegam ao mercado com preços convidativos e ótima qualidade. São tintos de fruta evidente, perfil amigável e excelente companhia para embutidos, arroz de forno, carnes e tapas improvisadas na sala de casa. Quem aprecia vinhos mais suaves e redondos pode procurar Merlot de entrada, especialmente do Chile, da Argentina e do Brasil.

São rótulos que costumam ter boa aceitação entre quem não gosta de vinhos agressivos ou excessivamente secos. Falando no Brasil, precisamos valorizar cada vez mais o que é produzido aqui, avançou muito em qualidade, especialmente no Sul, em Minas Gerais e no Cerrado. O melhor vinho nem sempre será o mais caro. Muitas vezes, será apenas aquele que coube no bolso e sorriu bonito à sua mesa.

GOIÂNIA

Pizzaria entra em guia italiano

Localizada na Vila Nova, Boaventura é eleita uma das melhores da América Latina

INSTAGRAM/DIVULGAÇÃO



Estabelecimento vende cerca de 150 pizzas por dia

DMOnline

Uma pizzaria que funciona no setor Leste Vila Nova, em Goiânia, entrou na edição de 2026 do guia italiano "50 Top Pizza Latin America". O resultado foi divulgado na terça-feira (14/04), em solenidade no Rio de Janeiro. A Boaventura foi incluída na lista de lugares para se comer pizza de excelência.

Trata-se da pizzaria Boaventura, um negócio comandado por pai e filho. O estabelecimento vende uma média de 100 a 150 pizzas por dia e 3 mil esfihas, além de macarronadas italianas, lasanhas e massas árabes tradicionais.

"A nossa pizzaria é o resultado de uma trajetória de 16 anos marcada pelo estudo profundo e pelo respeito à técnica", afirma Vinícius Marques, master pizzaiolo filiado à Associação Brasileira de Mestres e Pizzaiolos (Abramep), que

coordena o estabelecimento com o pai, Cardoso Pimentel.

O guia 50 Top Pizza Latin American entregou duas listas: uma com as 50 melhores pizzarias do continente e outra com 40 locais para comer uma boa pizza. Dessas, 22 pizzarias são brasileiras. A Boaventura entrou na segunda lista.

No topo do ranking está a Leggera Pizza Napoletana, de São Paulo, eleita a melhor da América Latina pelo terceiro ano consecutivo. Ao todo, 22 pizzarias do país integram o ranking, consolidando o protagonismo nacional no cenário da pizza artesanal.

"Ser citado por um júri italiano é a confirmação de que estamos no caminho certo", afirma Cardoso Pimentel. Os donos da Boaventura admitem planos de abrir uma filial nos próximos meses, na região Sul de Goiânia.

MARISTA

Cão Véio aposta em sanduíches e rock

Redação

O gastropub Cão Véio (Rua 9, 2316, Setor Marista), criado pelo chef Henrique Fogaça e pelo músico Fernando Badauí, aposta em sanduíches robustos como um dos pontos altos do cardápio. As receitas seguem a linha da casa, com combinações intensas e construção direta, como o Bruto, com burger Black Angus, bacon e mix de mostardas no pão brioche, e o Rabugento, que adiciona ragú de linguiça e pimenta jalapeño para um perfil mais marcante.

A proposta é transformar o hambúrguer em protagonista, com ingre-

dientes bem executados e sabores definidos, sem excesso de firulas. Em um ambiente de estética urbana e trilha sonora voltada ao rock, os sanduíches funcionam como síntese da identidade do bar: comida forte, sem concessões, pensada para acompanhar a atmosfera descontraída e de atitude.

Se Fogaça conduz o sabor, Fernando Badauí é o responsável por um dos elementos mais importantes da experiência: a música. Vocalista do CPM22 e figura histórica do rock nacional, Badauí participa diretamente da curadoria musical do Cão Véio.



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO PAMPINHA LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM



Flávio Ricco

Colaboração: José Carlos Nery

'BBB' é fenômeno de audiência e engajamento

O "BBB26" agora já faz parte da história, com Ana Paula Renault como grande campeã. Só que esta não foi uma edição qualquer. E nem parecida com as anteriores. Entre desistências, expulsões e crises de imagem, o programa caminhou até a final cercado por ruídos, muitos deles fora do roteiro tradicional do jogo.

Ainda assim, em números, a Globo tem o que comemorar. A sua média

diária foi de 26,3 milhões de espectadores, entre Globo, Multishow e plataformas digitais. Só na TV, teve o acompanhamento de mais de 132 milhões de brasileiros do primeiro ao último dia, o que representa mais da metade da população do país. Um crescimento de 6% em relação ao BBB25, com média de 17 pontos.

Para o bem ou para o mal, desta vez, o jogo muitas vezes ficou em segundo plano.

TV TUDO

Inexplicável

Ao longo deste último "BBB", foram insistentes, até incomodas algumas vezes, as críticas ao Tadeu Schmidt. É evidente que cada um pode achar o que quiser e dizer o que bem entender, mas a verdade é que o Tadeu, tecnicamente, foi perfeito mais uma vez. Do começo ao fim. E em muitas ocasiões, segurou o rojão, com classe e categoria.

Caminho próprio

Diferente da maioria do elenco, que segue atrelado à estratégia comercial da Globo, Ana Paula Renault já entrou no "BBB26" com contrato firmado com outra empresa, o que inviabilizou qualquer acordo com a agência da emissora. O movimento, percebido desde o crescimento da sua popularidade, acabou deixando um gosto agridoce na Globo após a vitória, especialmente diante do potencial comercial que escapou do seu controle.

Segue o jogo

Telenovela em 30 capítulos, contemplada em edital de fevereiro, "Vambora", que terá a Kromaki como produtora responsável, não deve sofrer mudanças no planejamento devido à nova troca no comando da TV Brasil, agora com Antonia Pellegrino. É a informação que foi passada para a equipe. A trama será gravada no Brasil e em Portugal, com direção de Roberta Richard.

Eleições

Na Band, o "Canal Livre", domingo, voltará a reunir pré-candidatos à presidência da República. Desta vez, os convidados serão Renan Santos, do Missão, e Aldo Rebelo, do Democracia Cristã. Apresentação de Rodolfo Schneider e participações de Fernando Mitre e Thays Freitas.

Acertando o dia

Ontem, aqui se falou que a participação da Andréia Sadi no novo "Bom Dia Brasil", a partir da semana que vem, será às segundas e sextas-feiras. Nananinã. O certo é às quartas e sextas-feiras.

Microdrama

"Fogo Cruzado", livro da escritora Méuri Luiza Vedovello, vai ganhar formato de novela vertical. A obra acompanha a história de Susan Harrington, uma adolescente que vê sua vida virar de pernas pro ar ao se mudar para a agitada cidade de Ventura.

Estratégia?

Um pessoal reparou que, em entrevistas mais recentes, Adriana Esteves evitou falar sobre "Avenida Brasil 2". Como se sabe, após 36 anos, a atriz optou por não renovar seu contrato fixo com a Globo e adotar o modelo por obra certa. Nos planos, ainda, um distanciamento das novelas. Agora, difícil imaginar uma "Avenida" sem Carminha.

BRU BARBI, musa, rainha do carnaval de Florianópolis



BELLA DA SEMANA

LEITURA DINÂMICA

- » - Um dia bom não é feito só de grandes acontecimentos, mas de pequenos momentos bem vividos. Cuidar da família e manter a paz são grandes bênçãos.
- » - Nunca conte seus problemas para as pessoas. 90% delas não se importam. Os outros 10% estão felizes porque você tem esses problemas.
- » - BR-020. Van envolvida em acidente com oito mortos de Goiás, não tinha autorização para transporte de passageiros, diz delegado.
- » - O analista fiscal Wellington Borges, de 53 anos, se afogou ao entrar na água na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Ele era morador de Quirinópolis, em Goiás.
- » - Cobra píton de quatro metros é capturada às margens do Rio Araguaia, em Aruanã. Suposto dono compareceu mas não tinha documentos para recuperá-la
- » - O melhor da cultura gaúcha está chegando em Goiânia. De 30 de abril a 10 de maio, a Fenasul Gastronômica com todas variedades possíveis.
- » - Ex-ministro Fernando Brant foi escolhido para elaborar o plano de governo de Ronaldo Caiado.

VEM AÍ

Tom Zé celebra 90 anos de vida no festival Goiânia Noise em maio

Além do tropicalista, evento terá pop suingado da cantora e compositora Fernanda Abreu. Artista apresenta, na capital, o show 'Na Estrada' — no qual revisita hits de sua carreira

Redação

O Centro Cultural Oscar Niemeyer recebe, entre 7 e 10 de maio, a 31ª edição do Goiânia Noise com uma programação que atravessa gerações, regiões e linguagens da música brasileira. Do pop contemporâneo de Duda Beat ao rap potente de FBC, passando pelo suingue de Fernanda Abreu, o tropicalismo de Tom Zé é um tributo ao clássico "A Tábuca de Esmeralda" feito pela Nação Zumbi, sob a alcunha de Los Sebosos Postizos.

O line up que reafirma a vocação do festival como um dos principais palcos da música independente brasileira. A entrada é gratuita, mediante a doação de 1 kg de alimento, mas sujeita à capacidade de público do espaço.

A diversidade é o eixo central desta edição. Ao todo, são 44 shows intercalados em dois palcos montados no Oscar Niemeyer. Entre os destaques, Duda Beat apresenta, na primeira noite, quinta-feira (7/5), a turnê Tara & Delírio, um espetáculo

sensorial que transforma intensidade emocional em pista de dança. Já FBC leva ao palco seu novo show, depois de encerrar a turnê de Assaltos & Bati-das no Lollapalooza deste ano.

Um dos momentos mais emblemáticos do festival será o show de Tom Zé, que celebra seus 90 anos de vida com a inventividade e o espírito provocador que o consagraram mundialmente. Outro destaque é Fernanda Abreu, referência do pop dançante brasileiro, que apresenta o show Na Estrada, revisitando mais de três décadas de carreira.

Tributo

A programação ganha ainda um capítulo especial, na última noite, dia 10 de maio, com os Los Sebosos Postizos, que apresentam um tributo ao álbum "A Tábuca de Esmeralda", de Jorge Ben Jor. Com 27 anos de trajetória, o grupo é formado por integrantes da Nação Zumbi e músicos de destaque que são reconhecidos por suas releituras criativas da obra de Ben Jor.



Artista criou obra original e aclamada durante anos 1970

SHOW

DIVULGAÇÃO



Uzbítu celebra Beatles no Itatiaia

A banda Uzbítu se propõe a executar com fidelidade consagradas canções do famoso quarteto de Liverpool, mesclando também no show músicas menos conhecidas da banda pelo público geral, selecionadas para dar dinamismo e versatilidade ao show se apresenta nesta sexta-feira (24), às 21h, na Mandala Cervejaria, no Itatiaia, em Goiânia.

A banda conta com João Pedro Barnez (Voz e violão), Tiago Araújo (Baixo e vocais), Cleitinho Carvalho (Guitarra e vocais), Alberto de Oliveira (Teclados e vocais) e Adriano Júnior (Bateria).

Com esse formato de quinteto, a Uzbítu busca abranger as diversas sonoridades incorporadas pelos Beatles ao seu show, fazendo um trabalho vocal e instrumental com o intuito de homenagear e exaltar a história dessa consagrada banda. (Redação)

GRATUITO

'Sarau na Lua' ocorre no Jardim Atlântico, em Gyn

O espaço Esparta Arte e Cultura (R. da Astéria, Qd. 82, Lt. 21, Casa 1, Jd. Atlântico) recebe, no sábado (25/4), às 20h, a última edição do Sarau na Lua dentro do projeto "Esparta e Companhia". Com microfone aberto, o evento convida o público a participar com poemas, músicas e performances, em uma proposta de troca direta entre artistas e plateia.

Realizado pela Cia Corpo na Contramão, o sarau integra as comemorações dos 15 anos de atuação do espaço, que se consolidou como ponto de formação, ensaio e difusão das artes em Goiânia. (Redação)

Horóscopo Diário



Áries

A rotina de trabalho tende a ser produtiva, mas cuidado com a impulsividade.



Touro

Com a Lua no seu signo, você se sentirá confortável consigo mesmo, tá bom?



Gêmeos

Possível suporte financeiro de familiares, mas recomenda-se cautela, beleza?



Câncer

Ótimo momento para organizar finanças e buscar segurança material, tá bom?



Leão

Valorize momentos divertidos e de descontração. Seu charme estará em alta.



Virgem

Aconchego fraterno e aproximação com alguém especial são destacados, ok?



Libra

Bom momento para renovação afetiva, com foco em prioridades íntimas, falô?



Escorpião

O dia favorece a dois. É um momento propício para abrir o coração, beleza?



Sagitário

O clima é de maior intimidade e conversas profundas, trazendo a renovação.



Capricórnio

Mantenha o foco, a organização e evite que o estresse do trabalho te afete, ok?



Aquário

A situação financeira melhora, permitindo investir em itens essenciais, tá bom?



Peixes

O clima é de romance, com boas chances de conexão profunda com o parceiro.

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br

(62) 3267-1000

MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS
 AVISO DE RETIFICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
 06/2026. O Município de Teresina de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que no Edital publicado no dia 14/04/2026, no DOE, DOU e JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, ONDE SE LÊ: Convênio 970291/2024, LEIA-SE: Convênio 39443/2025 e ONDE SE LÊ: 14h30, LEIA-SE: 10h00. Os demais itens permanecem inalterados. Ass: Akila Rodrigues Alencar, presidente da comissão permanente de licitação

A PAZ UNIVERSAL SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA, CNPJ
 02.473.874/0011-63, endereço sede na Av. Mollana n 100, quadra 11
 lote 01 - Conjunto Mollanas, Joviânia-GO, torna público que requereu à
 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS
 HÍDRICOS - SEMMARHJ, a RENOVAÇÃO da LICENÇA DE
 OPERAÇÃO n 016/2023, para as atividades de serviço funerário,
 somatoconservação, tanatopraxia e IML.



PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br (62) 3267-1000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA... SPE RESIDENCIAL CITY 25 EMPREENDIMENTOS LTDA...

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE ESPÓLIO DE VALENTIM RUFFATI E TERCEIROS... PROTOCOLO: 453.450 PEDIDO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAÇÃO MODALIDADE: USUCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA HABITACIONAL...

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO... AVISO DE LICITAÇÃO... PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

COMUNICADO/NOTIFICAÇÃO... O Prefeito Municipal de Indiará, Estado de Goiás, no uso das suas atribuições legais que lhes confere a Constituição da República...

MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA-GO... AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2026/SRP...

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA... A SPE RESIDENCIAL CITY 24 EMPREENDIMENTOS LTDA...

MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS... AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 15/2026... O Município de Campos Belos, Estado de Goiás...

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026... MUNICÍPIO DE MINEIROS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.316.537/0001-90...

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO... PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2026... Tipo: Maior Desconto com preço à vista em percentual por item/litro no preço da bomba...

Estado de Goiás - Prefeitura Municipal de Campinorte-GO... AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026...

AVISO DE LICITAÇÃO... A Prefeitura Municipal de Goiandira/GO UASG 999369, torna público que fará realizar no dia 08/05/2026...

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026... Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO... ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA... O presidente do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS, SELARIAS, ARTEFATOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DE GOIÁS...

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2026... PROCESSO Nº: 1156/2026. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 001/2026...

EXTRATOS DE CONTRATOS... PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2026... Contratante: O Fundo Municipal de Saúde de Itarumã/GO...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA... AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026... O Fundo Municipal de Educação de Silvânia, Estado de Goiás...

MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS-GO... AVISO DE LICITAÇÃO... CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026... O Município de Gameleira de Goiás - GO...

CONVOCAÇÃO PARA RETORNO AO TRABALHO... O empregador Octávio Henrique Bernardo Torres, por meio desta, convoca a Srª Maria Elenice Pimenta...

MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS. RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO... MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS. RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026...

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZA-GO... CREDENCIAMENTO Nº 002/2026... O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZA DE GOIÁS-GO...

ESTADO DE GOIÁS... PREFEITURA MUNICIPAL DE RIALMA... AVISO DE SUSPENSÃO... EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2026...

FEDERAÇÃO GOIANA DE FUTEBOL... EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026... ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA... Na forma dos arts. 10, 11, 12 e 13, bem como art. 22, incisos I e II, do Estatuto...

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - ESTADO DE GOIÁS... O Município de Buriti de Goiás, Estado de Goiás, torna público que realizará a Concorrência Eletrônica nº 005/2026...

ESTADO DE GOIÁS... PREFEITURA MUNICIPAL DE RIALMA... AVISO DE SUSPENSÃO... EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2026...

ESTADO DE GOIÁS MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS... AVISO DE EDITAL... CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026... O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME, pessoa jurídica de direito público interno...

MUNICÍPIO DE ITAPACI GOIÁS... AVISO DE LICITAÇÃO... PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026... O MUNICÍPIO DE ITAPACI GOIÁS, torna público que o Pregão Eletrônico nº 023/2026...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA-GO... AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 002/2026... O MUNICÍPIO DE SANCLERLÂNDIA-GO torna público, para conhecimento dos interessados...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA... AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026... MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 TIPO: MENOR PREÇO...

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA... A SPE RESIDENCIAL CITY 33 EMPREENDIMENTOS LTDA... inscrita no CNPJ sob o nº 50.861.364/0001-34...



**BASE SECURITIZADORA S/A. C.N.P.J. n° 25.987.102/0001-73
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REF. EXERCÍCIO DE 2025**

Relatório da Diretoria

A Diretoria da BASE SECURITIZADORA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte e informações de que trata a lei 6.404/76 e suas alterações e CPC's, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade, durante o expediente comercial.

Goiânia, 20 de abril de 2026.

CAROLINA AMÉLIA FREITAS MENDONÇA PACHECO

Diretor

AGNALDO MEDEIROS PACHECO

Diretor

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)							
ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.143.361	1.802.453	Fornecedores	8	3.804	6.189
Contas a receber de clientes	5	16.372.198	12.530.212	Provisão para Dividendos			553.271
Adiantamentos a Funcionários				Obrigações tributárias	9	14.481	7.742
Impostos a recuperar		479.411	337.931	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.812	7.405
Outros Créditos	6	1.000	1.000	Credores Diversos	10	1.011.096	392.268
Total do ativo circulante		17.995.970	14.671.596	Total do passivo circulante		1.039.193	966.875
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debentures	12	13.219.329	11.553.416
Título de Capitalização		11.493	6.988	Partes relacionadas - acionistas	11	3.841.001	2.833.235
Partes Relacionadas - sócios		134.071	637.825	Adiant. Futuro Aumento Capital			
				Provisão para Passivos Contingentes			
Total do realizável a longo prazo		145.564	644.813	Total do passivo não circulante		17.060.330	14.386.651
Investimentos		66.825	55.775	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	2.500.000	2.500.000
Imobilizado	7	449.707	468.828	(-) Capital a Integralizar		- 2.066.951	- 2.066.951
				Reserva legal	13	132.694	61.637
Intangível		7.200	7.200	outras reservas de lucro			
Total do ativo não circulante		669.296	1.176.616	Total do patrimônio líquido		565.743	494.686
Total do Ativo		18.665.266	15.848.212	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		18.665.266	15.848.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)				
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva lucros	Total
SALDOS EM 01/01/2024	2.500.000	- 2.066.951	32.517	465.566
lucro do exercício			582.391	582.391
(-) reserva legal			- 29.120	- 29.120
(-) Proposta para Distr. Dividendos			- 553.271	- 553.271
saldos em 31/12/2024	2.500.000	- 2.066.951	61.637	494.686
lucro do exercício			471.057	471.057
(-) reserva legal			- 23.553	- 23.553
(-) Const. Reserva Expansão			47.504	47.504
(-) Proposta para Distr. Dividendos			- 400.000	- 400.000
saldos em 31/12/2025	2.500.000	- 2.066.951	132.694	565.743

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025

1 Contexto operacional

A BASE SECURITIZADORA S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Rua T-30 Qd. 77 Lt. 05, Setor Bueno, Município de Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o número 25.987.102/0001-73, NIRE sob o número 5230001901-0 e tem como objetivo social a aquisição e securitização de créditos empresariais e colocação no mercado privado de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de abril de 2026.

Moeda de Apresentação e Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade mais próxima (R\$1), exceto quando indicado de outra forma.

Não houve transações em moeda estrangeira.

3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis

Base de preparação

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC", vigentes até 31/12/2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compostos por saldos de caixa, contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata.

b) Contas a receber e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber da Companhia referem-se à aquisição de créditos (duplicatas e cheques) adquiridos de empresas. Referidos créditos são reconhecidos ao custo de aquisição. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual da carteira de créditos a receber. Foram também provisionados saldos que, na data da autorização para fechamento do balanço, não apresentavam expectativa de recebimento. Essas estimativas são estabelecidas e de julgamento da administração da Companhia e a provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas quando da realização das contas a receber.

c) Partes Relacionadas - sócios

Referem-se a adiantamentos realizados a receber

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição o qual é realizado em função da depreciação e/ou baixas dos bens. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Provisão para passivos contingentes

A Companhia, não possui passivos contingentes.

f) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O regime de tributação em 2024 e 2023 foi o regime de lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na legislação vigente e inclui, quando aplicável, adicional de 10% sobre a base excedente a 240 mil ao ano no lucro do exercício.

g) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao ano de 2024, está sendo apresentada pela diretoria da sociedade. Essa proposta já foi objeto de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em Dezembro/25.

h) Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Não houve nenhum indicativo de perda dos valores recuperáveis e por isso não houve constituição de provisão por redução ao valor recuperável.

i) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

É apurado em conformidade com o regime de competência. A receita decorrente da compra de créditos é reconhecida no momento de sua realização.

j) Impostos e contribuições sobre receitas

PIS E COFINS - Incidente sobre a receita bruta, apurada mensalmente nas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente;

k) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis brasileiras requer que a administração da Companhia utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas adotadas pela companhia foram as relativas a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

l) Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros não derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis. São registrados no ativo circulante, aqueles com prazo de vencimento não superior a 12 meses;

Passivos financeiros - Representados por debentures e créditos de mútuo com partes relacionadas (acionistas) , apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor de custo que basicamente reflete seu valor justo, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

m) Lucro líquido e dividendos por ação

O lucro líquido e os dividendos por ação são calculados com base na quantidade de ações integralizadas em circulação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	892	1.310
Bancos - Conta corrente	237.966	1
Bancos Aplicações financeiras*	904.502	1.801.142
	1.143.361	1.802.453

*As aplicações financeiras referem-se a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5 Contas a receber de clientes

Referem-se a Direitos Creditórios (duplicatas e cheques a receber) adquiridos de empresas ou pessoas físicas:

	2025	2024
Duplicatas e Cheques a receber	18.926.460	14.736.289
Rendas a Apropriar	(1.130.919)	(632.718)
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa (nota 1b)	(1.423.343)	(1.573.359)
Circulante	16.372.198	12.530.212

6 Outros créditos

Referem-se basicamente a saldos a receber de acionistas

7 Imobilizado

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Venda de produtos / mercadorias	2.721.283	2.875.889
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(79.163)	(81.739)
Receita operacional líquida	2.642.120	2.794.150
(-) perdas na aquisição de recebíveis - valores não liquidados (nota xxx)		
+ reversão de provisão para perdas	150.015	
(-) Despesas Intermediação	(2.192.191)	(1.687.534)
Lucro bruto	599.944	1.106.616
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais		
Despesas administrativas e gerais	(729.597)	(773.044)
Despesas tributárias	(23.800)	(25.958)
Depreciações		
Outras receitas	186.960	
Resultado operacional	33.507	307.614
Receitas financeiras	686.190	496.456
Despesas financeiras	(179.863)	(71.274)
Resultado financeiro líquido	506.327	425.182
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	539.834	732.796
IRPJ corrente	(44.218)	(104.239)
CSLL Corrente	(24.559)	(46.166)
Lucro líquido do exercício	471.057	582.391
Quantidade de ações disponíveis no final do exercício	2.500.000	2.500.000
Lucro do exercício por ações	0,1884	0,2330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método Indireto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais - R\$ 1)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	471.057	582.391
+ Depreciações	24.228	16.634
Resultado ajustado	495.285	599.025
(Aumento)/Redução - Contas a receber	(3.841.986)	(2.471.052)
(Aumento)/Redução - Impostos a recuperar	(141.480)	(181.140)
(Aumento)/Redução - Outros créditos	(4.505)	84.800
Aumento/(Redução) - Fornecedores	(2.385)	(726)
Aumento/(Redução) - Obrigações trabalhistas e previdenciária	2.407	(224)
Aumento/(Redução) - Obrigações tributárias	6.739	(30.526)
Aumento/(Redução) - Credores Diversos	618.828	(280.387)
Caixa líquido proveniente das operações	(2.867.097)	(2.280.230)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) de Investimentos	(11.050)	(11.710)
(Aumento) de imobilizado	(5.107)	(88.683)
(Aumento) de Propriedades para Investimentos		
Caixa líquido nas atividades de investimentos	(16.157)	(100.393)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de debentures	1.665.913	- 10.121
Aumento (redução) de capital social		
Distribuição de dividendos	(953.271)	(196.811)
Aumento de saldos com partes relacionadas	1.007.766	445.275
Aumento partes relacionadas ativo	503.754	161.843
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	2.224.162	400.186
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(659.092)	(1.980.437)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.802.453	3.782.890
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.143.361	1.802.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Investimentos (Consórcio de Veículo):		
Consórcios em andamento - Veículos	66.826	44.065
Imobilizado:		
Computadores e Periféricos de Informática	32.298	28.628
Imoveis	380.240	380.240
Veiculos	90.641	
Maquinas e Equipamentos	8.159	7.350
Moveis e Utensilios	15.634	15.634
(-) Depreciação	(77.894)	(53.666)
TOTAL DO IMOBILIZADO E INVESTIMENTOS	515.904	524.602
8 Fornecedores		
	2025	2024
Fornecedores nacionais	3.803	6.189

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

9 Obrigações tributárias

Rubrica composta pelos seguintes valores:

	2024	2024
IRPJ		18.909
CSLL		11.345
IRRF	2.202	
PIS	1.708	1.174
COFINS	10.511	7.225
PIS/COFINS/IRRF/CSLL RETIDO (*)	60	67
Circulante	14.481	7.742

10 Contas a Pagar

Referem-se a saldos a pagar de curto prazo a pagar

Não Circulante - Partes Relacionadas - Acionistas

Referem-se a saldos de contrato de mútuo com partes relacionadas (acionistas). Os valores são atualizados em 1% a.m .

11 Debentures

Referem-se a saldos a pagar de debentures. A Escritura de 1ª emissão de debentures foi registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52172175151. A segunda emissão de debentures está registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em Dez/23.

12 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, subscrito, é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) reais representado por 250.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 10,00 cada.

b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

A movimentação da reserva legal é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial		
(+) Constituição da reserva legal	61.637	32.517
	23.553	29.120
Saldo final	85.190	61.637

c. Dividendos

Os dividendos mínimos são calculados à razão de 25% do resultado após a

Continuação
c. Movimentação: Saldo em 2024 Resultado de equivalência Distribuição de dividendos (i) Saldo em 2025

(i) A Medicone não realizou distribuição de dividendos com base no saldo de suas reservas de lucros.

Investimento em controlada
Total geral

(ii) A Medicone distribuiu dividendos no valor de 4.000 com base no saldo da Reserva de Lucros da Companhia.

14. IMOBILIZADO: a. Composição:
Vida útil em anos Custos Depreciação Líquido

Terrenos
Edificações
Instalações gerais
Máquinas e equipamentos
Veículos

Total geral
Vida útil em anos Custos Depreciação Líquido

(i) Refere-se a instalações elétricas, ferramentas e aparelhos de comunicação. (ii) O projeto em andamento mais relevante refere-se à aquisição de máquina Blow Fill Seal Rommelag...

b. Movimentações:
Saldos em 2024 Adições Baixas Transfê-reências Saldos em 2025

Terrenos
Edificações
Instalações gerais
Máquinas e equipamentos
Veículos

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

Total
Depreciação:
Terrenos
Edificações
Instalações gerais

A Companhia não possui juros capitalizados no ativo imobilizado, não possui imobilizados dados em garantia. A Administração avaliou, na data-base das demonstrações financeiras, a existência de indicadores internos ou externos de perda por redução ao valor recuperável dos ativos, conforme requerido pelo CPC 01 (R1), e concluiu não haver evidências que indiquem a necessidade de redução ao valor recuperável.

15. INTANGÍVEL: a. Composição:

Controladora
Taxa de amortização % ao ano Custos Amortiza-ção Líquido

Controladora
Taxa de amortização % ao ano Custos Amortiza-ção Líquido

(i) Intangível em desenvolvimento: refere-se ao desenvolvimento de novas linhas de produtos. Antes do início desse desenvolvimento, foram analisadas as viabilidades técnica e econômica do projeto, o qual foi aprovado pela Diretoria da Companhia.

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Controladora
2023 Adições Transfê-rências 2024 Adições Transfê-rências

Consolidado
Saldos em 2024 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2025

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Consolidado
Saldos em 2023 Adições Baixas Transfê-rências Saldos em 2024

Continuação

Table with columns: Saldo em 2024, Adições, Amortizações, Transferências, Provisões, Variação Cambial, Saldo em 2025. Rows include Arrrendamentos, Debêntures, FCO, Santander Circulante, Itaú, etc.

Table with columns: Saldo em 2023, Adições, Amortizações, Transferências, Provisões, Variação Cambial, Saldo em 2024. Rows include Arrrendamentos, BRDE, Debêntures, FCO, Itaú, etc.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados com instituições financeiras, os quais estão sujeitos a riscos de mercado, principalmente relacionados à variação de indicadores de juros, inflação e taxas de câmbio. Parte das obrigações financeiras está indexada a taxas pós-fixadas, como o CDI, bem como a índices de inflação, como IGP-M e/ou INPC, conforme condições contratuais. Dessa forma, eventuais variações nesses indicadores podem impactar o resultado financeiro da Companhia, em função da atualização monetária e dos encargos incidentes sobre essas operações. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial decorrente de operações passivas contratadas em moeda estrangeira. Essa exposição abrange não apenas as obrigações financeiras, mas também a rubrica de fornecedores, com destaque para a importação de matérias-primas e aquisições de bens de capital (CapEx). Tais oscilações podem gerar efeitos no resultado e refletir nos fluxos de caixa futuros, alterando os valores a serem desembolsados. Para mitigar os impactos dessa volatilidade, a Companhia adota estratégias operacionais e financeiras de proteção. Em menor escala, a Companhia realiza vendas ao mercado internacional e, sempre que possível, mantém os recursos provenientes dessas exportações em contas mantidas no exterior. Essa prática atua como um hedge natural, permitindo a liquidação de obrigações em moeda estrangeira com os próprios recebimentos na mesma moeda, reduzindo os efeitos do descausamento cambial. A Administração acompanha periodicamente a exposição líquida a esses riscos. Como parte desse monitoramento contínuo, a contratação de instrumentos financeiros derivativos, como Swaps e contratos a termo de moeda sem entrega física (Non-Deliverable Forwards - NDF), é frequentemente avaliada como alternativa de proteção cambial, visando resguardar as obrigações e os resultados da Companhia contra flutuações adversas do mercado. Cronograma de vencimento dos empréstimos:

Table with columns: Vencimento em 2025, Vencimento em 2026, Vencimento em 2027, Vencimento em 2028 em diante. Values: 4.816, 78.915, 22.439, 120.560.

18. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES:

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Fornecedores nacionais, Fornecedores nacionais - Cessão de direitos (i), Fornecedores estrangeiros.

(i) A Companhia possibilita que alguns fornecedores tenham a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para Instituições Financeiras. Não ocorreram operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a Instituições Financeiras no mercado externo.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Salários a pagar, Encargos sociais a recolher, Provisões e outras contas trabalhistas (i).

Table with columns: Saldo em 2024, Adições, Atualizações monetárias, Reversões, Pagamentos, Saldo em 2025. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Table with columns: Saldo em 2023, Adições, Atualizações monetárias, Reversões, Pagamentos, Saldo em 2024. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Table with columns: Saldo em 2023, Adições, Atualizações Monetárias, Reversões, Pagamentos, Saldo em 2024. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Table with columns: Saldo em 2023, Adições, Atualizações Monetárias, Reversões, Pagamentos, Saldo em 2024. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Table with columns: Saldo em 2023, Adições, Atualizações Monetárias, Reversões, Pagamentos, Saldo em 2024. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Tributárias: A principal causa tributária refere-se, essencialmente, a uma atuação sobre excesso de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e exclusão indevida ao lucro real, bem como ao incentivo fiscal do FOMENTAR, apontando subvenção para custeio ao invés de investimento, com valor da causa atualizado de R\$ 19.270 (R\$ 23.037 em 31 de dezembro de 2024), sendo que parte da atuação, que se refere ao excesso de juros sobre o capital próprio, possui chance de perda provável e já provisionado, com valor atual de R\$5.009 (R\$ 5.759 em 31 de dezembro de 2024). O montante de R\$14.261 (R\$17.278 em 31 de dezembro de 2024) restante é classificado como chance de perda possível. c. Composição - Perdas possíveis: As provisões classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Civil, Trabalhista, Tributário, Total.

Principais ações cíveis: Ação civil pública na comarca de Uberlândia /MG, solicitando a modificação das embalagens e etiquetas dos medicamentos de risco. Três ações civis públicas nas comarcas de Goiânia/GO, Bom Jesus da Lapa/BA e Jequié/BA, referentes a Ato de Improbidade Administrativa. Tributárias: Dois autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, referentes a cobrança de ICMS. Um deles no Estado de Goiás, referente a omissão devido ao não estorno de créditos cuja saída foram contempladas com redução da base de cálculo, com valor atual de R\$ 3.483 e, o outro, no Estado do Mato Grosso sobre recolhimento em operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, com valor atual de R\$ 2.502. As demais variações ocorridas em 2025 e 2024 nos processos com probabilidade de perdas possíveis compreendem basicamente as atualizações monetárias e novas contingências não relevantes.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 156.486, conforme demonstrado abaixo: Em 05 de junho de 2024, a acionista Maria Augusta Reis Perillo, cedeu e transferiu suas ações a MAP Participações Ltda.

Table with columns: Ação, Ações ordinárias, Total (R\$), %. Rows include MAP Participações Ltda, Eva Maria Perillo Cardoso, Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia, Marcelo Reis Perillo, JMDZ Participações Ltda.

b. Reserva de lucros - Incentivos fiscais: A reserva é constituída pelo reconhecimento das subvenções para investimentos quando não compensada de prejuízos para que não haja distribuição desses recursos aos acionistas, é calculada logo após a reserva legal e engloba os valores obtidos através dos programas: (i) FOMENTAR, que é um benefício estadual da planta de Goiás; (ii) FDI, que também é um benefício estadual para a planta do Ceará; e (iii) Lucro da Exploração, que é um benefício federal da planta do Ceará. c. Dividendos: Os lucros apurados em balanço, em conformidade com o permitido no artigo vigente do código civil, poderão ser distribuídos aos sócios na proporção do capital de cada um na sociedade anualmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado, por meio de Ata de Assembleia, com fundamento na Lei nº 15.270/2025, a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 96.495, registrados como dividendos a pagar. O referido montante será liquidado da seguinte forma:

Table with columns: Ano pagamento, Valor distribuído, Ajuste a valor presente, Saldo em 31/12/2025. Rows include 2026, 2027, 2028, Total.

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro (-) 5% Reserva legal (limitada a 20% do Patrimônio líquido) (-) Reserva de incentivos fiscais (i) (=) Lucro distribuível em 31 de dezembro (+) Dividendos mínimos obrigatórios (25% (Dividendos adicionais do exercício) (=) Dividendos totais em 31 de dezembro (+) Dividendos adicionais de exercícios anteriores (-) Dividendos adicionais (-) Dividendos pagos no exercício (=) Movimentação de dividendos do exercício (+) Dividendos a pagar exercício anterior (-) Dividendos antecipados (=) Dividendos a pagar em 31 de dezembro (i) Em decorrência da alteração da legislação tributária em 2024, a Companhia não aproveitou benefícios de subvenções em suas apurações de IRPJ/CSLL e consequentemente não constituiu reservas de incentivos fiscais para o exercício.

Table with columns: Saldo em 2024, Reserva de incentivo fiscal, Reserva de retenção de lucros, Dividendos deliberados, Saldo em 2025. Rows include Reserva de lucro, Total geral.

Table with columns: Saldo em 2023, Reserva de incentivo fiscal, Reserva de retenção de lucros, Dividendos deliberados, Saldo em 2024. Rows include Reserva de lucro, Total geral.

Table with columns: Saldo em 2025, Reserva de incentivo fiscal, Reserva de retenção de lucros, Dividendos deliberados, Saldo em 2024. Rows include Reserva de lucro, Total geral.

e. Transações de capital: Ativos e passivos supervenientes (i) Incorporação reversa parcial - CP3 (ii) Total

Table with columns: Saldo em 2025, Reserva de incentivo fiscal, Reserva de retenção de lucros, Dividendos deliberados, Saldo em 2024. Rows include Reserva de lucro, Total geral.

Em 31 de dezembro de 2025, o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada e prazo de maturidade estão descritas abaixo:

Table with columns: Programa, Data, Qtde. de opções, Opções canceladas (i), Opções pagas (ii), Opções vestidas, Opções a vestir, Preço de exercício, Valor justo das opções, Volatilidade, Tx. juros livre de risco, Prazo de maturidade. Rows include 2025, 2024.

Table with columns: Programa, Data, Qtde. de opções, Opções canceladas (i), Opções pagas (ii), Opções vestidas, Opções a vestir, Preço de exercício, Valor justo das opções, Volatilidade, Tx. juros livre de risco, Prazo de maturidade. Rows include 2025, 2024.

(i) As opções canceladas se referem a saída de quatro beneficiários do programa de remuneração baseado em ações. (ii) Paga 27,5% referente a venda da Cascadura Abril/2021. A Companhia efetuará a liquidação desse plano de benefícios aos executivos, quando do exercício das opções. As variações de quantidades de opções e seus correspondentes preços médios do exercício estão apresentados a seguir: Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$ 1.539 (R\$4.277 em 31 de dezembro de 2024) correspondente às opções com prazo de carência cumprido está registrado em outras obrigações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrado no resultado do exercício o montante de (R\$2.738) (R\$13.288 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica de despesas administrativas e gerais, em decorrência dos resultados apresentados pela Companhia e mudanças da base..

Table with columns: Descrição, Preço das opções, Opções vestidas e a vestir. Rows include Posição em 31 de dezembro de 2023, Posição em 31 de dezembro de 2024.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridas pelo regime de competência.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Resultado antes dos impostos, Alíquota fiscal de IRPJ e CSLL, Expectativa de IRPJ e CSLL, Participação de PLR administradores e dirigentes, Perda efetiva dos estoques, Doações e brindes, Subvenção FDI/Fomentar-Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005, Equivalência patrimonial, Lucro de exploração, Impactos da taxa lucro presumido, Phantom Share, Outras.

Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Alíquota efetiva

Table with columns: Saldo em 2024, Resul-tado, Saldo em 2025, Saldo em 2024, Resul-tado, Saldo em 2025. Rows include Controladora, Consolidado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: Provisão para perda de estoque, Provisão para contingências passivas, Provisão para perdas imobilizado, Provisão para perdas intangível, Provisão para perda de crédito esperada, Provisão para PLR, Provisão para comissionamento, Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018, Plano de incentivo, Provisão para encargos sobre bônus, Ajuste de depreciação da vida útil, Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto, Cut off, Outras diferenças temporárias, Prejuízo fiscal.

Table with columns: Saldo em 2023, Resul-tado, Saldo em 2024, Saldo em 2023, Resul-tado, Saldo em 2024. Rows include Controladora, Consolidado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: Provisão para perda de estoque, Provisão para contingências passivas, Provisão para perdas imobilizado, Provisão para perdas intangível, Provisão para perda de crédito esperada, Provisão para PLR, Provisão para comissionamento, Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018, Plano de incentivo, Provisão para encargos sobre bônus, Ajuste de depreciação da vida útil.

Table with columns: Saldo em 2023, Resul-tado, Saldo em 2024, Saldo em 2023, Resul-tado, Saldo em 2024. Rows include Controladora, Consolidado.

Table with columns: Saldo em 2025, Resul-tado, Saldo em 2024, Saldo em 2025, Resul-tado, Saldo em 2024. Rows include Controladora, Consolidado.

(i) Refere-se ao fluxo de pagamentos e recebimentos de ativos supervenientes aos acionistas controladores da Companhia, referente a fatos geradores ocorridos em período anterior à março de 2016, data da entrada do fundo HIG como acionista minoritário da Companhia. Como esses valores são ajustes eram previstos no acordo de acionista, foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como transação de capital, sem afetar o resultado da Companhia. (ii) Em 20 de abril de 2021 a CP3, holding patrimonial controlada pelos acionistas controladores da Halex Istar, assinou Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("SPA") para adquirir ações representativas de 100% do capital social da Cascadura Participações S.A. (controlada pelo HIG), até então detentora de 27,5% das ações da Halex Istar. No ato da aquisição da participação dos acionistas minoritários (HIG - via veículo Cascadura) pelos acionistas controladores da Halex Istar (via veículo CP3), apurou-se um ágio de R\$ 123.425 pela diferença entre o valor pago ao HIG e o valor contábil equivalente aos 27,5% das ações da Halex Istar. Considerando que essa transação foi uma aquisição de participação adicional sem alterar a posição de controle dos acionistas da Halex Istar, o valor apurado como ágio foi integralmente reconhecido como uma transação de capital, diretamente no patrimônio líquido da CP3, que subsequentemente à transação de compra das ações foi incorporada parcialmente pela própria Halex Istar (Incorporação reversa), sendo deduzido do valor do ágio o benefício tributário apurado sobre a transação, conforme demonstrado abaixo:

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Ágio apurado na aquisição de participações de minoritários, (-) Benefício tributário de IR/CS sobre ágio (34%), Transação de capital reconhecida no patrimônio.

21. PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES: Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2018, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo, que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia na ocorrência, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle. O programa baseia-se na concessão de uma premiação financeira, fundamentada na valorização futura da Companhia no longo prazo.

Table with columns: Programa, Data da outorga, Direito ao exercício, Opções outorgadas. Rows include 2018, 2019.

Em janeiro de 2018, foram outorgadas 2.231.104 Phantom Shares, e em outubro de 2019 houve a outorga de novas opções em virtude da entrada de um novo beneficiário do programa de remuneração baseado em ações, sendo a quantidade de 589.348 novas opções, consolidando a quantidade total de 2.820.452 opções. Em 2019 foram canceladas 926.118 opções referente a saída de três beneficiários do programa, e em abril de 2021 ocorreu o pagamento de 520.942 ações devido a venda da Cascadura, representando 27,5% das opções outorgadas vigentes em 2021, em abril de 2024 foram canceladas 793.516 opções referente a saída de um beneficiário do programa. Destas opções outorgadas, tem-se 579.876 vestidas em 2025 (579.876 em 2024) já com o período de carência atendido. As demais permanecem condicionadas aos períodos de carência (vesting) variável de acordo com o acordado com cada beneficiário, sendo os períodos superiores a três anos. Essas ações foram totalmente vestidas, mas ainda não foram totalmente adquiridas. Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de Phantom Shares (i) condicionada a manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia; e (ii) pela ocorrência de um evento de liquidez em até 20 anos após a outorga. As Phantom Shares não conferem ao beneficiário a condição de acionista da Companhia nem direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao beneficiário em razão das Phantom Shares ora outorgadas. Decorrido o período de vesting e verificado o cumprimento da condição de serviço, na ocorrência de um evento de liquidez (alteração no controle acionário da Companhia ou processo de oferta pública inicial pela Companhia) o beneficiário fará jus à premiação em dinheiro obedecendo o fluxo de caixa do evento de liquidez. No ano de 2025, o EBIT foi impactado negativamente pela redução do volume de vendas, associada a margens menos favoráveis, enquanto as despesas operacionais permaneceram estáveis. Esses fatores refletiram diretamente no resultado da Companhia. Apesar desse cenário, a Companhia mantém sua estratégia de investimentos em CAPEX, bem como iniciativas voltadas à melhoria da eficiência, com foco na recuperação das margens e na redução de custos e despesas. No contexto de mercado, as empresas comparáveis apresentaram melhora média de 3,66% em relação a 2024. Adicionalmente, o IGP-M, que registrou média de 2,58% em 2024, encerrou o ano de 2025 com média de 3,3%, refletindo o ambiente econômico considerado nas análises e projeções relacionadas ao programa. A Companhia acompanha continuamente o mercado em busca de oportunidades que possam gerar valor ao negócio. No momento, não há definições concretas sobre a implementação do plano; no entanto, considera-se um prazo estimado de até três anos para sua eventual execução. Política contábil: Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da Companhia podem receber uma premiação baseada em Phantom Shares líquidas em dinheiro. O reconhecimento contábil segue o período de carência e a melhor estimativa do valor esperado de liquidação, até a efetiva liquidação, afetando o resultado da Companhia e o passivo decorrente. O reconhecimento inicial do benefício foi calculado através da metodologia de precificação Black-Scholes, fazendo uso de informações de mercado de competidores comparáveis, índices de mercado projetados dentro da janela estimada de ocorrência do evento de liquidez, sendo reconhecidos seus efeitos a partir das vendas. A volatilidade é efetuada através da análise de 11 multinacionais do mesmo segmento com ações negociadas em bolsa de valores em diferentes locais do mundo, através da variação mensal de suas ações nas respectivas bolsas de valores nos últimos 5 anos.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Table with columns: Descrição, Controladora 2025, Controladora 2024, Consolidado 2025, Consolidado 2024. Rows include Amortização de ágio, Ágio incorporação CP3, Recuperação de imposto.

Continuação



Caldas Novas Transmissão S.A.

Leilão nº 008/2010 - LOTE C - SE Corumbá 345kV
CNPJ nº 13.317.273/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2025

Goiânia-GO Abril de 2026

Senhores Acionistas,

A Administração da Caldas Novas Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submeteu à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma empresa de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2011, oriunda do Consórcio Caldas Novas, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº. 008/2010, no que tange ao Empreendimento denominado LOTE C, tendo como objetivo principal a ampliação da Subestação da UHE Corumbá, então de propriedade de Furnas, hoje Axia, com a instalação de dois Autotransformadores rebaixadores (345/138 kV) para o atendimento dos consumidores da Região da cidade de Caldas Novas - GO, cujo suprimento é de responsabilidade da Distribuidora Equatorial.

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2011, assumindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos.

No dia 12 de agosto de 2011, a Companhia assinou com Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 010/2011, assumindo a responsabilidade pelos serviços de transmissão de energia elétrica, obedecendo os Procedimentos de Rede, também pelo mesmo prazo.

As instalações da Caldas Novas Transmissão tiveram o início da operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 26/08/2013, com a emissão dos Termos de Liberação Parcial (TLP) de números 196, 197 e 198/P/9/2013 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 28/01/2015, foram emitidos os Termos de Liberação Definitivo (TLD) de números 048, 049 e 050/D/1/2015 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

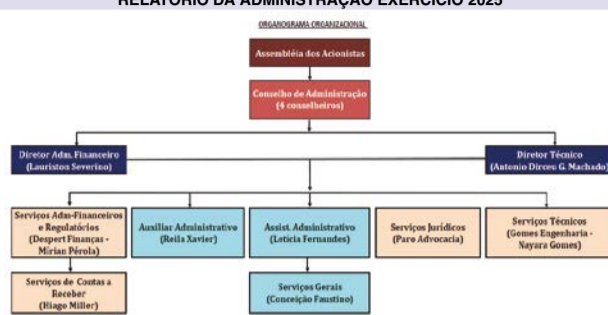
2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas Axia (49,90%), CEL ENGENHARIA LTDA (25,05%) e SANTA RITA COM. E INSTALAÇÕES LTDA. (25,05%), conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Caldas Novas Transmissão S.A. possui a seguinte estrutura administrativa:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Caldas Novas Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 25/01/2011, conforme Ato de Constituição. Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R\$ 18.149.094,00 (dezoito milhões cento e quarenta e nove mil e noventa e quatro reais), conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) datada de 05/08/2019.

5. INVESTIMENTOS

A Caldas Novas Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. Em termos de investimentos para operação, em 2025, foi realizada a troca do banco de baterias no valor de R\$ 154.996,38 (cento e cinquenta e quatro mil e novecentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos). No exercício em análise, destaca-se a início do projeto de reforços estruturais da Caldas Novas Transmissão S.A., conforme autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 3.601, de 27 de novembro de 2024. A referida autorização contempla a implantação de Reforços de Grande Porte no sistema de transmissão sob responsabilidade da Companhia, vinculados ao Contrato de Concessão nº 003/2011.

O projeto prevê um investimento inicial da ordem de R\$ 37.370.509,38, com cronograma de execução em andamento e previsão de energização das instalações em março/abril de 2027. Adicionalmente, a conclusão do empreendimento implicará em incremento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, estimado em R\$ 4.926.956,10, considerando a data-base de 1º de junho de 2024.

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de implantação das instalações, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Caldas Novas Transmissão, em 09/08/2013, foi emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a Licença de Funcionamento nº 1051/2016.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99 a Caldas Novas Transmissão S.A. renovou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R\$ 25.123,00 (vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2025.

8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

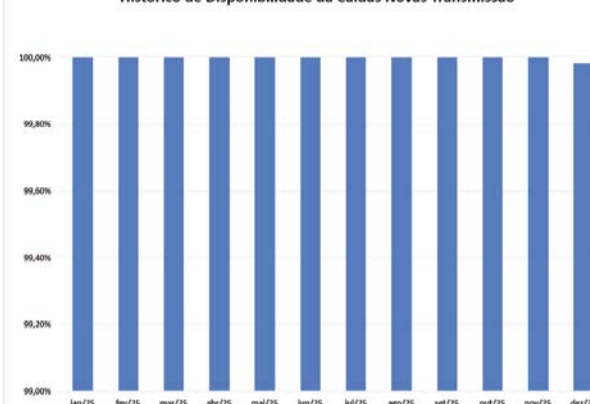
Os serviços Operação e Manutenção da Caldas Novas Transmissão foram realizados pela CEL Engenharia Ltda, referente às instalações da SE na UHE Corumbá, com um valor contratual mensal de R\$ 103.069,53 (cento e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) data-base 12-2024, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Caldas Novas Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2025, ocorreu 1 (um) evento gerador de Parcela Variável, sendo ele:

• Dia 10/12/2025, com duração de 8 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 268,21 proveniente de um COMPLEMENTO PARCIAL FT C/INTER na Função de Transmissão TR 345/138 kV CORUMBA TR2 GO, ocasionado pelas manobras de Abertura e de Fechamento, na tentativa de normalizar a temperatura do contato com ponto quente da SECC S657 FASE C Lado de baixa do Autotrafo 02 durante o serviço de manutenção da Chave.

Histórico de Disponibilidade da Caldas Novas Transmissão



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Caldas Novas Transmissão S.A.:

Dados Econômico-Financeiros		2025
Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)		7.323
Custo de Operação e Manutenção (R\$ milhares)		(2.181)
Lucro Bruto do Exercício (R\$ milhares)		5.142
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)		(1.115)
Resultado Financeiro Líquido (R\$ milhares)		124
IR e Contribuição Social (R\$ milhares)		(338)
Resultado do Exercício (R\$ milhares)		3.813
Ativo Total (R\$ milhares)		79.690
Passivo Total (R\$ milhares)		(8.610)
Patrimônio Líquido (R\$ milhares)		(71.080)

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R\$ milhares)	3.813
Constituição de Reserva Legal 5% (R\$ milhares)	191
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R\$ milhares)	906
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	2.716

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração
Lauriston Severino Diretor Administrativo-Financeiro
Antonio Dirceu Guimarães Machado Diretor Técnico

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31.12.2025		31.12.2024	
	Notas		Notas	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.250	1.650	
Concessionárias e permissionárias	6	744	827	
Ativo contratual	7	6.533	6.202	
Outros ativos		3.081	294	
Total do ativo circulante		11.608	8.973	
Não circulante				
Aplicações financeiras	5	631	756	
Ativo contratual	7	67.437	67.187	
Imobilizado		14	9	
Total do ativo não circulante		68.082	67.952	
Total do ativo		79.690	76.925	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		358	270	
Empréstimos e financiamentos	9	1.003	975	
Obrigações tributárias		91	121	
Obrigações sociais e trabalhistas		26	21	
Dividendos a pagar	11.d	906	828	
Outras contas a pagar		38	285	
Total do passivo circulante		2.422	2.500	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	9	1.210	2.142	
Tributos diferidos	15.a	4.978	4.939	
Total do passivo não circulante		6.188	7.081	
Patrimônio líquido				
Capital social	11.a	18.149	18.149	
Reservas de lucros	11.b	52.931	49.195	
Total do patrimônio líquido		71.080	67.344	
Total do passivo e patrimônio líquido		79.690	76.925	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.149	3.010	4.604	40.045
Reversão de dividendos			879	-
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores			(2.000)	(2.000)
Dividendo não distribuído - Reclassificação		(273)	3.597	(3.324)
Destinação do resultado do exercício				
Constituição da reserva legal		174	-	(174)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(828)
Constituição da reserva retenção de lucros		-	2.482	(2.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.149	2.912	7.081	39.203
Reversão de dividendos			828	-
Destinação do resultado do exercício				
Constituição da reserva legal		191	-	(191)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(906)
Constituição da reserva retenção de lucros		-	2.716	(2.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.149	3.103	7.081	42.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31.12.2025		31.12.2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.813	3.484	3.356	6.087
Resultado do exercício	3.813	3.484		
Ajustado por:				
Impostos diferidos	39	(26)	(6)	-
Remuneração do ativo contratual	(5.772)	(5.768)	125	(63)
Ganhos/perdas do ativo contratual	(1.055)	171	119	(63)
Depreciação	1	1	-	-
Atualização monetária	(67)	23	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos	274	309	(967)	(951)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	70	-	(211)	(284)
	(2.697)	(1.806)	(1.178)	(3.235)
Variação dos ativos e passivos operacionais				
Ativo contratual	6.246	5.975	1.650	667
Concessionárias e permissionárias	13	(29)	1.250	1.650
Outros ativos	(2.787)	(39)	-	-
Fornecedores	88	164	-	-
Obrigações tributárias	240	253	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 (em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), com sede em Goiânia, Estado de Goiás, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011. A Companhia foi formada pelas vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atualmente, seu quadro acionário é composto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Santa Rita Com. e Instalações Ltda. ("Santa Rita") e Cel Engenharia Ltda. ("Cel"). Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

Autorização para implantação de reforços

A Companhia obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por

meio do Despacho nº 3.601, de 27 de novembro de 2024, para a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, localizadas na Subestação Corumbá. O prazo estimado para execução dos referidos reforços é de 30 (trinta) meses, com início previsto para junho de 2025 e término estimado para maio de 2027.

1.1 Da concessão

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:

(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.

(b) Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL em 22 de julho de 2025, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2025-2026 foi de R\$ 7.777 (R\$ 7.384 no ciclo 2024/2025), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3º T25. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que a próxima revisão será em 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. Devendo também construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para a obtenção dos licenciamentos.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O despacho 2.397/2025 publicado pela ANEEL em 08 de agosto de 2025 definiu quota mensal de R\$ 20.869,28 (Vinte mil e oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), vigente de julho/2025 a junho/2026.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado e publicado pela ANEEL, de forma proporcional ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.159/2025 publicado pela ANEEL em 17 de julho de 2025 definiu contribuição total no valor de R\$ 25.204,21 (vinte e cinco mil e duzentos e quatro reais e vinte e um centavos), vigente de julho/2025 a junho/2026, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 01 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,25%.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 2 de fevereiro de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas provisões estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as provisões são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa de desconto aplicada ao ativo contratual representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii) Margem de construção

A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.

(iv) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(v) Determinação das receitas de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstas no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidas de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a definição da taxa utilizada na remuneração dos contratos de concessão, após a alocação das referidas margens, adotando as seguintes políticas contábeis:

- Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
Remuneração do ativo contratual estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação, de 8,13% a.a.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações

normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment.

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(vii) Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa", e "Concessionárias e permissionárias".

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras".

(viii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT).

e. Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Após a conciliação dos saldos, são realizadas ações de cobrança, com envio de comunicações aos agentes inadimplentes e posterior registro da inadimplência no AMSE. A Companhia constitui PECLD para créditos com atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias.

f. Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construção torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.

g. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

a. Revisadas e vigentes:

Table with 3 columns: Norma, Alteração, Vigência a partir de. Rows include CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras, and OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxiação (CBO).

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Revisadas e não vigentes:

Table with 3 columns: Norma, Alteração, Vigência a partir de. Rows include CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, and IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações.

Table with 3 columns: Norma, Alteração, Vigência a partir de. Rows include CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, and IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Table with 4 columns: Descrição, Modalidade, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Fundo Fixo, Conta corrente - Caixa Econômica, Aplicação financeira - Banco do Brasil, and Aplicação financeira - Caixa Econômica Federal.

* Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e é remunerada até 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

** Refere-se a Depósito Interfinanceiro (DI) a média de remuneração mensal é de 1,06% em 31 de dezembro 2025 (0,78% em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

Table with 4 columns: Descrição, Modalidade, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include CEF, FIC especial/personal RF LP *.

* Refere-se à aplicação financeira em cotas dos Fundos de Investimentos FIC ESPECIAL RF LP e FIC PERSONAL RF LP de carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa do Banco Caixa Econômica Federal, e estão vinculadas ao financiamento com o BNDES como garantia concedida à instituição financeira. As movimentações nessas aplicações requerem aprovação prévia do BNDES. A média de remuneração mensal é de 1,19% em 31 de dezembro de 2025 (0,89% em 31 de dezembro de 2024).

6 Concessionárias e permissionárias

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i), Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, and Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do Operador Nacional do Sistema - ONS;

Mapa de Movimentação - Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo inicial, Provisão, Reversões / Baixas, and Saldo final.

7 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Circulante, Não circulante, Saldo do ativo contratual.

O ativo contratual apresentou a seguinte movimentação nos exercícios:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2023, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Atualização monetária, Amortização do ativo contratual, Ganhos/Perdas em função da RTA (i), Saldo em 31 de dezembro de 2024, and subsequent rows for 2025.

(i) Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia reconhece no resultado os efeitos entre a RAP projetada e a homologada para o ciclo.

A Companhia obteve autorização para realizar o reforço por meio do Despacho ANEEL nº 3.601/2024, com um orçamento previsto de R\$ 35 milhões. A Receita Anual Permitida (RAP) estimada para o reforço é de R\$ 5 milhões.

O prazo final para a conclusão das obras é de 30 meses, com término previsto para maio de 2027.

8 Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETRÓBRÁS, and Cel Engenharia Ltda.

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Resultado, Receita, Despesa.

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETRÓBRÁS, and Cel Engenharia.

(a) Os valores apresentados referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), Comissãoamento, Ressarcimento e utilização da rede de energia elétrica. Houve a incorporação de Furnas pela Eletrobrás em 2024, conforme informado na nota explicativa nº 11.a.

(b) Os valores apresentados correspondem ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção e Serviços de Manutenção realizados no período.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE no dia 30 de abril de 2025. No período findo em 31 de dezembro 2025, a remuneração dos administradores com os encargos incidentes, totalizou R\$ 490 (R\$ 486 em 31 de dezembro de 2024), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Table with 4 columns: Taxa anual de juros, Data de vencimento, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include BNDES Contrato 13211071015, Circulante, Não circulante.

b. Cronograma de pagamento

Table with 4 columns: 2026, 2027, 2028, 2.213.

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2023 4.043

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2024. Rows include Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos, Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos, Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento, Outras Variações, Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados, Total das outras variações relacionadas com passivos, and Em 31 de dezembro de 2024 3.117.

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2024. Rows include Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Pagamento de empréstimos e financiamentos, Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos, Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento, Outras Variações, Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados, Total das outras variações relacionadas com passivos, and Em 31 de dezembro 2025 2.213.

Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa por representarem custos na obtenção de recursos financeiros.

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

Ênfase**Reservas de lucros**

Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, as reservas de lucros da Companhia estão excedentes ao valor do capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024. De acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não deve ultrapassar o valor do capital social. Quando esse limite for atingido, a assembleia deverá deliberar sobre a aplicação do excesso, podendo ser utilizado para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos. Neste contexto, a Companhia está avaliando a melhor alternativa para adequar sua estrutura patrimonial em conformidade com a legislação vigente. Nossa opinião não está modificada por conta deste assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 2 de fevereiro de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7Bradley Ricardo Moretti
Sócio - Contador CRC SC-023618/O-6

JUSTIÇA

Presidente da Alerj pede ao STF para assumir governo interino do Rio

THIAGO LONTRA/ALERJ

André Richter
Agência Brasil

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL), pediu nesta quinta-feira (23) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exercer interinamente o governo do estado até que a Corte decida sobre as eleições para mandato-tampão do Executivo estadual.

Ruas foi eleito, na semana passada, para comandar a Casa após o ex-deputado Rodrigo Bacellar (União) ter sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na mesma decisão que condenou o ex-governador Cláudio Castro à inelegibilidade até 2030.

O novo presidente disse ao Supremo que deve assumir o comando do estado interinamente por estar na linha sucessória, conforme determina a Constituição fluminense.

Dessa forma, segundo o parlamentar, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), Ricardo Couto de Castro, que exerce interinamente o cargo de governador do estado, não pode continuar no cargo.

“Se permanência do presidente do Tribunal de Justiça no exercício da chefia do Executivo se legitimava, em caráter subsidiário, enquanto inexistente ou inviável a investidura do primeiro sucessor constitucional, a recomposição válida da presidência da Assembleia Legislativa faz cessar a causa impeditiva que autorizava o afastamento prático da linha sucessória prevista no art. 141 da



Constituição do Estado do Rio de Janeiro”, argumentou Ruas.

O pedido para o presidente da Alerj assumir o cargo de governador foi enviado ao ministro Luiz Fux, relator de uma das ações que vai decidir se as eleições para o mandato-tampão serão de forma direta (voto popular) ou indireta (votos dos deputados da Alerj).

Encontro

No início desta noite, Ruas se reuniu com o ministro Cristiano Zanin, relator de outra ação que trata das eleições no Rio. Na saída da reunião, o presidente da Alerj preferiu não dar declarações à imprensa.

Segundo o deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), que participou do encontro, o ministro sina-

lizou que pretende aguardar a decisão final da Corte sobre o mandato-tampão para decidir quem vai assumir o comando do estado.

“Foi uma conversa institucional. O processo está com o ministro Flávio Dino, aguardando a publicação do acórdão”, afirmou.

No dia 9 de abril, o STF suspendeu o julgamento sobre as eleições no Rio após um pedido de vista de Dino.

O ministro disse que pretende devolver o processo para julgamento depois da publicação do acórdão do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condenou o ex-governador Cláudio Castro à inelegibilidade.

Entenda

A eleição para o man-

dato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado ficou desfalcada.

No dia 23 de março, o ex-governador Cláudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. Ele poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A medida foi vista como uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. Com a renúncia, o ex-governador

podia ter influência na eleição indireta de um aliado para o governo interino. O pleito direto poderia favorecer Eduardo Paes, do PSD, pré-candidato ao governo do Rio.

O ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo, em 2025, para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o ex-deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro e já deixou o cargo.

Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras		Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)																																																																																																										
<p>1 Informações gerais</p> <p>1.1 Contexto operacional</p> <p>A Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia") com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em 12 de agosto de 2013, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Pantanal, vencedor do Lote F do Leilão nº 02/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).</p> <p>Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>1.2 Da concessão</p> <p>Em 9 de outubro de 2013, foi assinado o Contrato de Concessão nº 018/2013, pelo prazo de 30 anos, com a União, por meio da Companhia, para implantação, operação e manutenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, das seguintes instalações de transmissão:</p> <p>(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Campo Grande II, em 230/138 kV, 2 X 150 mVA.</p> <p>(b) Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no Estado do Mato Grosso do Sul.</p> <p>(c) Implementação da Subestação (SE) Campo Grande II: um enlace de 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão 230 kV Imbirussu - Chapadão e a Subestação Campo Grande II, com extensão aproximada de 13 km, as duas entradas de linha correspondente na Subestação Campo Grande II; e aquisição de equipamentos necessários a modificação, substituições e adequações nas entradas de linhas das Subestações de Imbirussu e Chapadão.</p> <p>A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL em 22 de julho de 2025, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2025/2026 foi de R\$ 13.378 (R\$ 12.703 no ciclo 2024/2025), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir de 31.25. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 5,32% na RAP anual. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que a próxima revisão será em 2029. A Companhia reconhece os impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.</p> <p>Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:</p> <p>Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.159/2025 publicado pela ANEEL em 17 de julho de 2025 definiu contribuição total no valor de R\$ 48.484,41, vigente de julho/2025 a junho/2026, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico com o percentual equivalente a, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.</p> <p>Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo sua percentual estipulado em 17,72%.</p> <p>1.3 Alienação de Participações Societárias da CELGPARG</p> <p>A CELGPARG, sociedade de economia mista, conduziu processo de desestatização com o objetivo de alienar participações societárias em empresas atuantes nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, contando com assessoria técnica especializada e apoio operacional da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.</p> <p>A sessão pública do leilão foi realizada em 03 de outubro de 2025, na sede da B3, em São Paulo, e contemplou quatro lotes de participações acionárias detidas pela CELGPARG.</p> <p>O lote B ofertou 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão S.A., com preço mínimo de R\$ 31.903 milhões, arrematadas pela Orion Transmissão S.A. pelo valor de R\$ 43.131 milhões, representando ágio de 35,2% em relação ao preço inicial.</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2025</th> <th>31.12.2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxo de caixa de atividades operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado do período</td> <td>13.702</td> <td>8.804</td> </tr> <tr> <td>Ajustado por:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td>782</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>Remuneração do ativo contratual</td> <td>(9.870)</td> <td>(9.310)</td> </tr> <tr> <td>Receita de construção do ativo contratual</td> <td>(7.565)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ganhos/perdas do ativo contratual</td> <td>(3.835)</td> <td>(239)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td>(1)</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Juros P&D</td> <td>(40)</td> <td>35</td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>95</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Varição nos ativos e passivos operacionais:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativo contratual</td> <td>9.649</td> <td>9.176</td> </tr> <tr> <td>Concessionárias e permissionárias</td> <td>7</td> <td>(212)</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>1.072</td> <td>(916)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>46</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>Impostos correntes a pagar</td> <td>388</td> <td>376</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>1</td> <td>(6)</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>(288)</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td> <td>(400)</td> <td>(328)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</td> <td>3.744</td> <td>7.498</td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de investimento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis</td> <td>(10)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</td> <td>(10)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos</td> <td>(3.500)</td> <td>(7.000)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido das atividades de financiamento</td> <td>(3.500)</td> <td>(7.000)</td> </tr> <tr> <td>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(234)</td> <td>(498)</td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</td> <td>1.282</td> <td>784</td> </tr> <tr> <td>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</td> <td>1.516</td> <td>1.282</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>			31.12.2025	31.12.2024	Fluxo de caixa de atividades operacionais			Resultado do período	13.702	8.804	Ajustado por:			Tributos diferidos	782	26	Remuneração do ativo contratual	(9.870)	(9.310)	Receita de construção do ativo contratual	(7.565)	-	Ganhos/perdas do ativo contratual	(3.835)	(239)	Depreciação	(1)	1	Juros P&D	(40)	35	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	95	-	Varição nos ativos e passivos operacionais:			Ativo contratual	9.649	9.176	Concessionárias e permissionárias	7	(212)	Outros ativos	1.072	(916)	Fornecedores	46	51	Impostos correntes a pagar	388	376	Obrigações sociais e trabalhistas	1	(6)	Outras contas a pagar	(288)	40	Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(328)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.744	7.498	Fluxo de caixa das atividades de investimento			Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(10)	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10)	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Dividendos pagos	(3.500)	(7.000)	Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.500)	(7.000)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(234)	(498)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.282	784	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.516	1.282															
	31.12.2025	31.12.2024																																																																																																										
Fluxo de caixa de atividades operacionais																																																																																																												
Resultado do período	13.702	8.804																																																																																																										
Ajustado por:																																																																																																												
Tributos diferidos	782	26																																																																																																										
Remuneração do ativo contratual	(9.870)	(9.310)																																																																																																										
Receita de construção do ativo contratual	(7.565)	-																																																																																																										
Ganhos/perdas do ativo contratual	(3.835)	(239)																																																																																																										
Depreciação	(1)	1																																																																																																										
Juros P&D	(40)	35																																																																																																										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	95	-																																																																																																										
Varição nos ativos e passivos operacionais:																																																																																																												
Ativo contratual	9.649	9.176																																																																																																										
Concessionárias e permissionárias	7	(212)																																																																																																										
Outros ativos	1.072	(916)																																																																																																										
Fornecedores	46	51																																																																																																										
Impostos correntes a pagar	388	376																																																																																																										
Obrigações sociais e trabalhistas	1	(6)																																																																																																										
Outras contas a pagar	(288)	40																																																																																																										
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(328)																																																																																																										
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.744	7.498																																																																																																										
Fluxo de caixa das atividades de investimento																																																																																																												
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(10)	-																																																																																																										
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10)	-																																																																																																										
Fluxo de caixa das atividades de financiamento																																																																																																												
Dividendos pagos	(3.500)	(7.000)																																																																																																										
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.500)	(7.000)																																																																																																										
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(234)	(498)																																																																																																										
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.282	784																																																																																																										
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.516	1.282																																																																																																										
<p>2 Base de preparação</p> <p>2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)</p> <p>As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade <i>International Financial Reporting Standards</i> - IFRS, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</p> <p>A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.</p> <p>2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras</p> <p>As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2026.</p> <p>2.3 Base de mensuração</p> <p>As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação</p> <p>As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>2.5 Uso de estimativas e julgamentos</p> <p>Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.</p> <p>A seguir, são apresentados os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:</p> <p>(i) Reconhecimento do ativo de contrato</p> <p>A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.</p> <p>(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato</p> <p>A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.</p> <p>(iii) Margem de construção</p> <p>A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.</p> <p>(iv) Determinação das receitas de infraestrutura</p> <p>Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.</p> <p>(v) Determinação das receitas de operação e manutenção</p> <p>A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2025</th> <th>31.12.2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Geração de Riqueza</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato</td> <td>13.800</td> <td>9.549</td> </tr> <tr> <td>Receitas relativas à operação e manutenção</td> <td>4.016</td> <td>2.936</td> </tr> <tr> <td>Receita relativa à construção</td> <td>7.565</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>(95)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Insunhos adquiridos de terceiros</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo de construção</td> <td>(6.486)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</td> <td>(2.668)</td> <td>(2.215)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado bruto</td> <td>16.037</td> <td>10.270</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(1)</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</td> <td>16.036</td> <td>10.269</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado recebido em transferência</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>45</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado total a distribuir</td> <td>16.081</td> <td>10.298</td> </tr> <tr> <td>Distribuição do valor adicionado</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td>(369)</td> <td>(344)</td> </tr> <tr> <td>Remuneração direta</td> <td>(282)</td> <td>(268)</td> </tr> <tr> <td>FCTS</td> <td>(6)</td> <td>(5)</td> </tr> <tr> <td>Benefícios</td> <td>(81)</td> <td>(71)</td> </tr> <tr> <td>Impostos, taxas e contribuições</td> <td>(1.940)</td> <td>(1.057)</td> </tr> <tr> <td>Tributos federais</td> <td>(1.755)</td> <td>(885)</td> </tr> <tr> <td>Tributos estaduais</td> <td>(3)</td> <td>(5)</td> </tr> <tr> <td>Encargos setoriais</td> <td>(178)</td> <td>(161)</td> </tr> <tr> <td>Outras taxas e contribuições</td> <td>(4)</td> <td>(6)</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais de terceiros</td> <td>(70)</td> <td>(93)</td> </tr> <tr> <td>Encargos da dívida e variação monetária</td> <td>40</td> <td>(35)</td> </tr> <tr> <td>Alugueis</td> <td>(103)</td> <td>(51)</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>(7)</td> <td>(7)</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais próprios</td> <td>(13.702)</td> <td>(8.804)</td> </tr> <tr> <td>Lucros retidos</td> <td>(3.254)</td> <td>(2.091)</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios</td> <td>(10.448)</td> <td>(6.713)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado distribuído</td> <td>(16.081)</td> <td>(10.298)</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>			31.12.2025	31.12.2024	Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			Geração de Riqueza			Receitas			Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	13.800	9.549	Receitas relativas à operação e manutenção	4.016	2.936	Receita relativa à construção	7.565	-	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95)	-	Insunhos adquiridos de terceiros			Custo de construção	(6.486)	-	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.668)	(2.215)	Valor adicionado bruto	16.037	10.270	Depreciação e amortização	(1)	(1)	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	16.036	10.269	Valor adicionado recebido em transferência			Receitas financeiras	45	29	Valor adicionado total a distribuir	16.081	10.298	Distribuição do valor adicionado			Pessoal	(369)	(344)	Remuneração direta	(282)	(268)	FCTS	(6)	(5)	Benefícios	(81)	(71)	Impostos, taxas e contribuições	(1.940)	(1.057)	Tributos federais	(1.755)	(885)	Tributos estaduais	(3)	(5)	Encargos setoriais	(178)	(161)	Outras taxas e contribuições	(4)	(6)	Remuneração de capitais de terceiros	(70)	(93)	Encargos da dívida e variação monetária	40	(35)	Alugueis	(103)	(51)	Outras	(7)	(7)	Remuneração de capitais próprios	(13.702)	(8.804)	Lucros retidos	(3.254)	(2.091)	Dividendos mínimos obrigatórios	(10.448)	(6.713)	Valor adicionado distribuído	(16.081)	(10.298)
	31.12.2025	31.12.2024																																																																																																										
Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)																																																																																																												
Geração de Riqueza																																																																																																												
Receitas																																																																																																												
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	13.800	9.549																																																																																																										
Receitas relativas à operação e manutenção	4.016	2.936																																																																																																										
Receita relativa à construção	7.565	-																																																																																																										
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95)	-																																																																																																										
Insunhos adquiridos de terceiros																																																																																																												
Custo de construção	(6.486)	-																																																																																																										
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.668)	(2.215)																																																																																																										
Valor adicionado bruto	16.037	10.270																																																																																																										
Depreciação e amortização	(1)	(1)																																																																																																										
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	16.036	10.269																																																																																																										
Valor adicionado recebido em transferência																																																																																																												
Receitas financeiras	45	29																																																																																																										
Valor adicionado total a distribuir	16.081	10.298																																																																																																										
Distribuição do valor adicionado																																																																																																												
Pessoal	(369)	(344)																																																																																																										
Remuneração direta	(282)	(268)																																																																																																										
FCTS	(6)	(5)																																																																																																										
Benefícios	(81)	(71)																																																																																																										
Impostos, taxas e contribuições	(1.940)	(1.057)																																																																																																										
Tributos federais	(1.755)	(885)																																																																																																										
Tributos estaduais	(3)	(5)																																																																																																										
Encargos setoriais	(178)	(161)																																																																																																										
Outras taxas e contribuições	(4)	(6)																																																																																																										
Remuneração de capitais de terceiros	(70)	(93)																																																																																																										
Encargos da dívida e variação monetária	40	(35)																																																																																																										
Alugueis	(103)	(51)																																																																																																										
Outras	(7)	(7)																																																																																																										
Remuneração de capitais próprios	(13.702)	(8.804)																																																																																																										
Lucros retidos	(3.254)	(2.091)																																																																																																										
Dividendos mínimos obrigatórios	(10.448)	(6.713)																																																																																																										
Valor adicionado distribuído	(16.081)	(10.298)																																																																																																										
<p>3.1 Normas e interpretações novas e revisadas</p> <p>a. No Revisadas e vigentes:</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma</th> <th>Alteração</th> <th>Vigência a partir de</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras</td> <td>Ausência de conversibilidade/permutabilidade</td> <td>01.01.2025</td> </tr> <tr> <td>OCP 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxidação (CBIO)</td> <td>Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade</td> <td>01.01.2025</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias.</p>		Norma	Alteração	Vigência a partir de	CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025	OCP 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxidação (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025																																																																																																
Norma	Alteração	Vigência a partir de																																																																																																										
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025																																																																																																										
OCP 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxidação (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025																																																																																																										
<p>b. Revisadas e não vigentes:</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma</th> <th>Alteração</th> <th>Vigência a partir de</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto</td> <td>Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture</td> <td>Não definida</td> </tr> <tr> <td>IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima</td> <td>Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e clima</td> <td>Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas</td> </tr> <tr> <td>IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações</td> <td>Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos</td> <td>01.01.2027</td> </tr> <tr> <td>CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros</td> <td>Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros</td> <td>01.01.2026</td> </tr> <tr> <td>CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto</td> <td>Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture</td> <td>01.01.2026</td> </tr> <tr> <td>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias</td> <td>Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação</td> <td>01.01.2027</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.</p>		Norma	Alteração	Vigência a partir de	CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida	IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas	IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027	CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026	CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026	IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027																																																																																				
Norma	Alteração	Vigência a partir de																																																																																																										
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida																																																																																																										
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas																																																																																																										
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027																																																																																																										
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026																																																																																																										
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026																																																																																																										
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027																																																																																																										
<p>4 Caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Aplicações financeiras liquidez imediata</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1.516</td> <td>1.282</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.516</td> <td>1.282</td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser remuneradas mensalmente até 100% do CDI.</p>			31/12/2025	31/12/2024		1.516	1.282		1.516	1.282																																																																																																
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																										
	1.516	1.282																																																																																																										
	1.516	1.282																																																																																																										
<p>5 Concessionárias e permissionárias</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)</td> <td>1.224</td> <td>1.186</td> </tr> <tr> <td>Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT</td> <td>200</td> <td>248</td> </tr> <tr> <td>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica</td> <td>15</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</td> <td>(95)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.344</td> <td>1.446</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS - Operador Nacional do Sistema;</p>			31/12/2025	31/12/2024	Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	1.224	1.186	Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	200	248	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	15	12	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	-		1.344	1.446																																																																																							
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																										
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	1.224	1.186																																																																																																										
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	200	248																																																																																																										
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	15	12																																																																																																										
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95)	-																																																																																																										
	1.344	1.446																																																																																																										

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BerkanCONSULTORIA & AUDITORIA
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Pantanal Transmissão S.A.
Goiania - GO**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pantanal Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 20 de fevereiro de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Sócio

Contador CRC SC-023618/O-6

Graziela Schmitz

Gerente

Contadora CRC SC-044595/O

ECONOMIA

Prejuízo dos Correios chega a R\$ 8,5 bilhões em 2025

Gilberto Costa
Agência Brasil

Os Correios registraram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025. O valor é mais de três vezes superior ao verificado em 2024, quando a estatal anunciou prejuízo de R\$ 2,6 bilhões.

De acordo com a empresa, o resultado é influenciado, majoritariamente, pelo provisionamento de obrigações judiciais e o aumento de custos operacionais.

A maior parte desse valor advém de processos judiciais, que custaram aos Correios R\$ 6,4 bilhões no ano passado (55,12% acima de 2024). O passivo na Justiça é formado especialmente por demandas trabalhistas, como os pagamentos reivindicados pelos empregados para receberem adicionais de periculosidade e adicionais pela atividade de distribuição e coleta externa.

No ano passado, a receita bruta dos Correios, não considerados os pagamentos que a empresa deveria fazer, foi de R\$ 17,3 bilhões (11,35% abaixo de 2024). O balanço da empresa será publicado no Diário Oficial da União.

Diante do acúmulo de prejuízos, a empresa buscou credores e recebeu um aporte que totalizou R\$ 12 bilhões em empréstimos de bancos públicos e privados.

Ciclo vicioso

Desde o último trimestre de 2022, os Correios

apresentam resultados parciais negativos. No total, a empresa acumula 14 trimestres de ônus.

"É um ciclo vicioso. A dificuldade de caixa gera dificuldade de pagamento ao fornecedor, isso afeta a operação. Ao afetar a operação, a gente macula a capacidade de aumentar o volume [de trabalho] ou de gerar novos contratos", explicou o presidente dos Correios, Emmanoel Schmidt Rondon, em entrevista coletiva na sede da empresa em Brasília.

Segundo ele, a estatal também não consegue compensar imediatamente a baixa nas receitas com cortes de gastos.

"A estrutura de custo é muito rígida, e está ancorada em despesas de custos fixos. Quando há uma queda de receita, não se consegue diminuir a despesa no mesmo momento para poder fazer esse equacionamento", explicou.

Desmaterialização da carta

O balanço negativo ocorre em anos de mudança estrutural no campo de atividade dos Correios, quando as empresas de comércio eletrônico expandem sua atividade logística - não mais dependendo dos Correios.

O fenômeno concorrencial ocorre após a estatal perder nicho do mercado de postagem com as mudanças das formas de comunicação, o que Rondon



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

chama de "desmaterialização" da carta.

Economista por formação, o presidente assumiu o cargo em setembro do ano passado, com mandato até agosto de 2027, com objetivo de reestruturar a estatal.

Entre medidas saneadoras, a empresa abriu dois planos de demissão voluntária (PDV). Na edição deste ano, 3.181 aderiram ao desligamento. O volume de adesões foi menor que o obtido no PDV 2024/2025, 3.756 empregados, mas o ingresso no plano só foi possível em prazo menor - entre fevereiro e abril deste ano.

A perspectiva inicial da estatal era fazer 10 mil des-

ligamentos. Outros processos de demissão voluntária poderão ser abertos no futuro.

Privatização fora de pauta

Os Correios adotaram medidas para diminuir custos com as operações de recebimento, distribuição e entrega; renegociaram dívidas com fornecedores e estenderam prazos de pagamento. Também começaram a reduzir gastos com a ocupação de imóveis e com a manutenção de agências.

Emmanoel Rondon acredita que a empresa apresente resultados econômicos positivos a partir

de 2027 e que, conforme a reestruturação, possa captar mais recursos entre financiadores.

Ele não considera a possibilidade de privatização, como defendem correntes de economistas pró-mercado.

"Esse assunto não está na pauta aqui. Estamos apresentando os resultados. Privatização ou não é uma decisão do controlador [o governo federal]. O que que a gente quer? Aqui estamos trabalhando em um plano de gestão de recuperação, para que a empresa permaneça íntegra, viável, que preste um bom serviço, dê resultado positivo", afirmou.